ATA DA 219ª

REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE DEFESA DO MEIO AMBIENTE - COMDEMA DE SÃO CARLOS

Ao dia vinte e nove do mês agosto de dois mil e vinte e quatro, a partir das 18 horas, reuniram-se no Auditório do Paço Municipal os seguintes Conselheiros para a 219ª Reunião Ordinária do COMDEMA:

- José Wamberto Zanquim Junior/SMMADS
- Robson Parzanes/SMMADS
- Gustavo Braga/SMMADS
- André Luis Fiorentino/SMHDU
- Leonardo Lazaro Silva/SMOP
- Rayani Mariana Alves Soprano - SMAA
- Pedro Fernando Caballero Campos/Defesa Civil
- Anselmo José de Oliveira Campos/PROHAB
- Victor Bertucci Neto/ EMBRAPA
- Guilherme Henrique Duarte de Oliveira / USP
- Rennan Mecca Bontempi/Entidades Ambientalistas
- Paulo Penalva Mancini/Entidades Ambientalistas
- Milena Sciascio Ghidini /Entidades Ambientalistas
- Eduardo Araújo Silva/Associações Moradores de Bairro
- Laert Rigo Junior/AEASC
- Sônia Maria Couto Buck / APA Corumbataí e Piracicaba
- Walter Alberto Alarcon Monzon/ APA Corumbataí e Piracicaba

1. INFORMES GERAIS

SR. PRESIDENTE JOSÉ WAMBERTO ZANQUIM JUNIOR Primeiro, vamos abrir para o informe geral, se alguém tiver alguma coisa a colocar para o conselho. Se não, temos também a aprovação das atas da 218ª Reunião Ordinária, da 2ª, 3ª, 4ª e 5ª Reunião Extraordinária. Essas reuniões aconteceram já no decorrer do ano. Essas atas já estão disponibilizadas há mais de um mês para vocês. E só para darmos a manifestação sobre elas. Temos também, como terceiro ponto, que na verdade vai ser a primeira apresentação, a manifestação sobre o empreendimento Vem Viver São Carlos, que é o processo municipal de 20.432 de 2019. Logo em seguida, vamos fazer a apresentação da subestação, a manifestação sobre a implantação da subestação de energia elétrica da CPFL. Processo municipal 13.606 de 2022. E, por fim, nós temos a análise do cumprimento das obrigações pelo COMDEMA referente à empresa Infratec, que é o processo municipal 27.166 de 2009.

Nesse caso, eu explico para vocês qual é a deliberação que nós vamos precisar fazer, porque é somente uma constatação que a PGM pediu para que os Conselheiros manifestassem sobre.

E depois, havendo o tempo, o Renan já havia pedido na semana passada para discutir entre o conselho as questões de fogos, queimadas de fogos e o evento que aconteceu referente aos animais no evento há uns 15 dias.

Alguém tem alguma colocação a fazer, alguma deliberação? O Paulo?

SR. PAULO PENALVA MANCINI da ONG Veredas. Bem, boa noite a todos e a todas. O informe que nós tivemos na quarta-feira da semana passada na realidade poderia ter dado um informe na última reunião nossa do COMDEMA, mas é que eu cheguei um pouco atrasado. Nós tivemos uma audiência pública

convocada pelo Ministério Público, junto também com a Universidade Federal e a Diretoria de Ensino. Ali no Jardim dos Coqueiros, na Escola Estadual Professor Aduar Kemell Dibo, o tema era a contaminação por esgoto do Córrego do Monjolinho, nessa região, a montante da captação do espraiado. A promotoria junto com as escolas está procurando fazer um trabalho, teve presente o SAAE também, de identificação dos pontos de lançamento de esgoto, dos pontos de contaminação por lixo, para que melhore a qualidade da água da captação do espraiado no Monjolinho, para evitar que haja interrupções, porque, às vezes, com a pouca pluviosidade, poucas chuvas, diminui o volume de água e, portanto, a contaminação fica maior. E, às vezes, impede, porque, dependendo do grau de contaminação da água, ela não pode ser captada para tratamento. Então, é uma situação grave que eu sugeria que a gente pautasse, numa próxima reunião do COMDEMA, esse tema para ver no que a gente pode contribuir, já que São Carlos utiliza cerca de 15% da água que a gente ingere, vem lá da captação do espraiado. Muito agradecido, Junior.

SR. PRESIDENTE JOSÉ WAMBERTO ZANQUIM JUNIOR - Ok, Paulo. Então, na próxima reunião, que será no final de setembro, a gente já coloca um ponto de pauta e, só também já aproveitando, eu estou em contato com o Flávio Okamoto e também com o professor Celso Maran, que é lá da UFSCAR quer que a gente faça um trabalho de reflorestamento, não é o termo mais adequado ali, acho que é renaturalização, enfim, daquele local. Então, o Departamento de Educação Ambiental da Secretaria também está envolvido nisso. A gente vai trabalhar em conjunto, que é bem de todos. É interessante que a gente tenha a qualidade da água melhor possível. E, aproveitando também, no dia 25/9, nós vamos fazer aqui mesmo, no auditório, o primeiro encontro municipal para

debater a questão da fauna silvestre e o desenvolvimento urbano. Então, os dois promotores confirmaram presença, a gente está confirmando o representante da SEMIL para fazer uma palestra logo a partir da manhã e, na partir da tarde, nós faremos uma mesa de debates para que a gente traga esse tema e busque recomendações ou uma carta de recomendações para que a gente prossiga melhorando essa situação, que é um tema importante para a nossa cidade. Então, todos estão convidados a estar presentes no dia 25/9. Sim, sim, a gente estava finalizando os convites e os conselhos, as universidades. A gente está convidando todos os órgãos que eventualmente tenham algum impacto ou que tenham alguma interferência nesse processo todo para estar conosco. Então, Universidade Federal, USP, enfim, todo, o Corpo de Bombeiros, Polícia Militar Ambiental, COMDEMA, COMDUSC associações de bairros, Ministério Público. Tem uma gama de entidades que estarão conosco no dia 25/9. Vamos lá, então. Vou passar a palavra agora para o Adriano, para que o Adriano faça a apresentação do projeto Vem Viver São Carlos. Palavra de Adriano. Obrigado, Junior.

SR. ADRIANO ZARZUR (EMPREENDIMENTO) - Acho que o que vou fazer aqui debaixo mesmo é, primeiro, vou me apresentar. Meu nome é Adriano Zarzur. Eu sou diretor da Zarzur Urbanismo, que é a empresa responsável pelo Vem Viver São Carlos. Aqui comigo está o Edson, que é da minha equipe que está na sala ali. Tem o Kleber e o pessoal da Mãe Terra, que são nossos consultores ambientais. O Adilton, o pessoal do Zé Mario Frasnelli também, que estão todos conosco aqui nesse projeto e estão à disposição para tirar as dúvidas de vocês. Mas antes de falar sobre o projeto, eu queria falar um pouco sobre a empresa. A gente é uma empresa que tem mais de 60 anos na urbanização. Então, meu avô

começou a fazer loteamento na cidade de São Paulo na década de 60. E hoje a gente está presente aí em mais de 35 municípios no estado de São Paulo, a gente tem mais de 23 milhões de metros quadrados em licenciamento entre empreendimento entregue e empreendimento a urbanizar. A gente tem mais de 8 milhões de metros quadrados urbanizados já, com mais de 3 milhões de metros quadrados de área preservada e mais de meio milhão de árvores plantadas em decorrência das compensações ambientais e projetos de paisagismo. Mais um, Edson. O conceito do Vem Viver é um conceito que a gente tem na empresa que é um conceito de bairro planejado. Então, qual que é a ideia do Vem Viver? É um bairro que mescla lotes residenciais com lotes mistos, visando que a população que mora ali consiga consumir e ter emprego dentro do mesmo bairro, diminuindo deslocamentos intramunicipais de longa distância e tudo mais. Aqui eu já trouxe alguns exemplos desse produto, cada um guardado as suas devidas especificidades, mas a gente tem o Vem Viver Mariporã, que foi entregue em 2020. Eu acabei de entregar o Vem Viver Itapeva, que não está nessa apresentação, mas ele foi entregue no começo desse mês. A gente tem o Nova Atibaia, que tem 2.104 lotes de 175 metros quadrados, mais o Vem Viver Bragança, que tem 919 unidades, aqui também tem o Vem Mogi das Cruzes, com 625. E aí a gente tem diversos outros, a gente tem Piracicaba, a gente tem em Alumínio, e a gente quer trazer esse conceito aqui para São Carlos. Eu vou pedir para o Edson tocar um vídeo, ele tem uns dois minutinhos, ele mostra um pouco da concepção desse projeto e traz algumas informações que acho que são legais para a gente assistir todos juntos. Então, só para vocês se localizarem, a área está quase lindeira a estrada SP318, que é a São Carlos Ribeirão. Ribeirão Preto, tá? A gente tem o Buritis do outro lado, tem o Ecoparque

do Dama, aqui é o Trevo, tá? A gente tem algumas áreas institucionais que a gente acabou pulando aqui para efeito artístico, mas só para vocês terem um pouco de noção. As avenidas com ciclofaixa estão do tamanho proporcional, isso não é para inglês ver, está praticamente cotado, então, para vocês terem uma noção, a gente não tem uma quadra de empreendimento que está a mais de uma quadra de uma ciclofaixa. A gente tem quase 140 mil metros quadrados só de área verde, tá? 75 mil de áreas institucional. 5 mil metros para a FIS e área patrimonial. Ele está a menos de 7 km da avenida São Carlos, ele é quase que a sequência do Dama, então, não é muito distante. É bem antes da água vermelha, para dar um pouco de contexto para vocês. O sistema de lazer, a gente tende a entregar eles já equipados, então, quando a gente faz os processos de sistema de lazer, a gente tem um parque bastante considerável, bastante generoso no meio do empreendimento que a gente pretende fazer dele um ativo, tanto de regeneração ambiental como de lazer. Entrando um pouco mais em detalhe, a gente está no vetor norte, tá? O acesso é pela Yolanda Constanza Cardinalli, então, você sai do trevo para pegar essa estrada lateral que vocês estão vendo aqui, que ela, no finalzinho dela, chega no encontro do Valparaíso. O projeto está dentro da zona 6C do plano de diretor, está dentro da mancha urbana do município. A gente tem algumas diretrizes viárias municipais. A primeira é uma marginal, a São Carlos - Ribeirão, que está contemplada no projeto. A gente tem também uma avenida de 34 metros norte-sul, que corta a área toda. E, durante o trâmite com a Secretaria Municipal de Trânsito, foi definido uma outra avenida Leste-Oeste, tá? Aqui está um pouco da nossa proposta de ocupação. A gente tem praticamente 981 lotes, com 42,5%, 43% de aproveitamento. O resto é tudo área pública. Isso, padrão São Carlos,

descontadas as áreas verdes. Quer dizer que, de 642 mil, a gente tem 216 mil de áreas urbanizadas. São 835 lotes residenciais. O padrão médio é 10 por 25. Então, o meio de quadra tem 200 metros quadrados. A gente tem também 146 lotes de uso misto. A gente pode perceber que a gente pode concentrá-los ao longo da rodovia e também ao longo das principais avenidas, justamente porque a gente entende que, assim, quando dá urbanização deles, eles causam um impacto menor no trânsito do local e está de fácil acesso para todo mundo. Aqui a gente tem um pouco do que eu comentei durante o vídeo. O que está em amarelo são todas as ciclofaixas do empreendimento. Então, o que a gente percebe? Que é completamente circundado de ciclovias e que, com isso, a pessoa praticamente consegue se locomover dentro do loteamento inteiramente por meio de bicicleta. E é plano também, que facilita bastante. Aqui são alguns perfis das avenidas. Como vocês podem ver, vários deles têm ciclofaixa. O que é importante ressaltar é que não é uma ciclofaixa no nível do pavimento. Ela está no nível da calçada, dá segurança por ciclista. Foi algo que foi bastante discutido com o pessoal do Departamento de Trânsito. Aí a gente tem as áreas públicas. A gente tem praticamente aqui alguns tipos de áreas públicas. Vou começar falando pelas institucionais. A gente tem os EPCs, que são praticamente 30 mil metros quadrados aí, onde a prefeitura pode implantar os equipamentos públicos comunitários. Ou seja, equipamentos públicos que são para o atendimento da população que irá morar lá. Uma creche, uma UBS, uma escola e assim vai. E a gente tem os EPUs, que são os equipamentos públicos que são inerentes à construção do loteamento. Então aqui a gente tem bacias de detenção, a gente tem um espaço para fazer um reservatório de água, tem espaço para fazer uma estação de tratamento de esgoto que a gente vai entrar nela um pouco depois.

E a gente tem uma área de FIS, uma fração de interesse social e uma área patrimonial de mais de 5 mil metros quadrados. Aqui algumas das localizações. Então o que vocês podem ver é que a gente tem dois pontos baixos no empreendimento, que estão com a marca vermelha. Então a gente tem lagoas de detenção nos dois lugares. E ali em verde é onde a gente tem a estação de tratamento de esgoto. Naturalmente houve perguntas sobre a estação no COMDUSC, que então o Adilton da Catuí Engenharia, que é um dos nossos consultores, ele vai fazer uma apresentação específica para o tratamento depois. Aqui um pouco das lagoas. As lagoas são bastante grandes e elas seguram todo o pico de vazão da área. Então em nenhum momento, quando a gente olha para a questão de chuva e de picos de vazão, a gente abate completamente os picos de vazão. No final da implantação, a gente não vai contribuir mais do que já é contribuído hoje com ela de uso rural. Aqui é a segunda, essa lança no córrego direto. Ela tem um volume maior, que a bacia dela é um pouco maior. Aqui um pouco das áreas verdes e dos sistemas de lazer: Então a gente tem 7% do sistema de lazer. Foi um pedido da Secretaria do Meio Ambiente que a gente conseguiu atender. Com isso, vamos dizer assim, a gente tem 35 mil metros quadrados de sistema de lazer. É bastante coisa. Aqui a gente trouxe alguns dos equipamentos, só para vocês terem um pouco de noção, mas isso a gente conseguiu dar uma plasticidade maior no vídeo. Das áreas verdes, é um pouco do que a gente falou, a gente tem 138 mil metros quadrados de área verde nesse projeto. É muito considerável. E aqui eu escolhi trazer um pouco do conceito de permeabilidade, que é um conceito hoje cada vez mais em voga. A gente tem um aquecimento global que vai causar eventos climáticos de estresse. Então, só para vocês terem uma noção, hoje no estado de São Paulo, é exigido 20% de

permeabilidade em qualquer empreendimento a ser licenciado pela CETESP. Aqui a gente tem 32,59. Isso sem contar os canteiros centrais das ruas, que naturalmente são permeáveis, sem contar rotatórias. Isso é área verde, sistema de lazer e bacia de detenção. A gente está a 63% acima do que é exigido pela legislação. Então, acho que é muito importante a gente deixar isso muito claro, que esse projeto foi um resultado de muito estudo e de muita construção coletiva com todas as secretarias da prefeitura. Antes de abrir para perguntas, eu só vou pedir que a gente possa fazer mais duas apresentações. O Adilton vai falar sobre a Estação de Tratamento de Esgoto e depois o Kleber vai contar um pouco sobre os estudos ambientais que a gente fez para chegar nessa concepção. Porque essa concepção não foi construída dentro de um escritório sem olhar para a bacia, sem olhar para a fauna e para a flora do entorno. Tudo isso foi levado muito em consideração para a gente conceber o projeto. Então, eu vou passar a palavra para o Adilton e, se puder, a gente pede que segurem as perguntas para depois das três apresentações. Tá bom? Obrigado. Obrigado.

SR. ADILTON (EMPREENDIMENTO) - Boa noite. Meu nome é Adilton. Eu sou o consultor da ASARSUR para falar sobre, especificamente, a Estação de Tratamento de Esgoto. A gente fez uma apresentação específica da estação, mas considerando ela do início ao fim, desde o processo de tratamento até a parte do estudo de diluição e autodepuração. Ainda está num nível de pré-estudo, mas está bem-conceituado. Então, o objetivo dessa apresentação é apresentar para vocês quais foram os elementos que nós consideramos que nortearam a elaboração desse conceito de estação de tratamento. A gente vai entrar mais a miúda nisso, porque a gente está numa área sensível. Isto, principalmente, é o que foi considerado nesta concepção. Existem os fatores

naturais desta ocupação, mas o ambiente requiriu da gente algumas atenções que normalmente em outros locais a gente não precisaria ter. Quais foram os nossos desafios para trazer para vocês? O primeiro é o efeito do não no meu quintal. Todo mundo quer uma estação de tratamento, mas não no meu quintal. Todo mundo acha que tem que tratar o esgoto, mas não no meu quintal. Acho que tem que ser tratado, mas não perto de mim. Só que a estação está próxima da fonte geradora. Aqui, no caso, a estação é específica do empreendimento. Ela vai atender o empreendimento. Ela tem que estar alocada dentro do empreendimento. Foi pensado numa área que causasse o mínimo impacto, que fosse uma área funcional, mas que causasse o mínimo impacto da vizinhança. Depois a gente vai ver exatamente a localização dela, mas isso é uma coisa que a gente tem que discutir, porque é o mal necessário. Não tem como ter esta ocupação sem ter tratamento. Essa é a premissa número um do projeto. Olha, vai ter uma estação de tratamento. Estamos abrindo que tem uma estação de tratamento. Ela vai estar no projeto urbanístico. Ela vai estar indicada no projeto urbanístico. E a gente vai adotar todas as medidas possíveis e necessárias para minimizar o impacto. É assim. O segundo ponto já é um pouco mais técnico, que é que o corpo receptor da região é uma classe 2. Se a gente olhar a legislação estadual, o decreto 8468 ou o decreto 10755, nós temos cinco classes de rio. Um é especial, um, dois, três e quatro. E o pior é de cima para baixo. Então o pior rio que a gente tem é uma classe 4. Eu não sou daqui, sou de São Paulo, mas imagina o que é o Tietê em São Paulo. Esse é uma classe 4. E aqui a gente está em uma classe 2, onde essa classe 2 requer alguns cuidados para que a gente possa fazer o lançamento do esgoto tratado nesse rio. Esses cuidados foram pensados nesta concepção. Um segundo desafio, um terceiro desafio,

aliás, é a área de bacia de drenagem. Porque a área de bacia de drenagem é ela que vai resultar na vazão do córrego e, numa parte um pouco mais técnica, na vazão de diluição desse esgoto. Então, quanto maior a área da bacia de drenagem, maior a contribuição na hora da chuva, maior o volume que vai escoar. Embora o que a gente trabalha é com o Q710, que é a vazão mínima de referência de sete dias consecutivos, período de retorno de dez anos, mas, como o cálculo do Q710 também incorpora a questão da área da bacia de drenagem, a gente está falando que a gente tem uma área de bacia de drenagem reduzida. Então, isso foi um ponto de atenção para que a gente subisse ainda mais a nossa régua do nível de tratamento. Basicamente, é isso. Então, desses desafios, como que a gente pretende superá-los? Com esclarecimento, parte deles a gente está aqui, parte, evidentemente, em outros fóruns, mas nas aprovações no SAAE ou na CETESB, obrigatoriamente a gente vai ter que passar pela CETESB. Transparência, existe uma estação de tratamento. Aí eu vou até antecipar, é uma estação de tratamento em nível terciário, ou seja, não é uma estação simples. Uma rota tecnológica adequada, ou seja, qual é o sistema, quais são as operações unitárias que eu vou adotar para esse sistema de tratamento para que ele cumpra o objetivo pelo qual ele foi pensado. Então, isso seria a nossa rota tecnológica que também a gente vai discutir. E, por fim, não menos importante, depois disso tudo pronto, é operação e manutenção do sistema. Depois de implantado, isso tem que funcionar direitinho através de uma operação correta. Bom, do que a gente está falando, então? A gente está falando de uma área de uma estação de tratamento de esgoto que tem aí no total, a área total mais ou menos 3.200 metros quadrados, perto de uma área de empreendimento de 644 mil metros quadrados, mas das quais, desses 3.200

metros quadrados, a gente só vai usar a próxima aí de 1.500 metros quadrados. É uma área relativamente pequena, mas que vai comportar tudo aquilo que a gente precisa para tratar adequadamente e atendendo toda a legislação que pede o caso em questão. Então, só para contextualizar um pouco mais, a gente está falando aí , que a gente vai ter 981 lotes, dos quais 835 são residenciais, o restante, 146, misto. Desses 981 lotes, a gente considera uma taxa de ocupação de cinco pessoas por lote, de forma descritiva para os dois tipos de ocupação, e a gente adotou para o projeto um consumo per capita de água de 200 litros habitante-dia. Eu sinalizei aquelas duas informações, uma em amarela e outra em magenta, que eu acho que é importante, porque isso é o que vai nos dar um subsídio depois. O que eu estou dizendo nos dados oficiais do Município? De acordo com o Sistema Nacional de Informação do Saneamento, que é uma informação oficial daqui do SAAE, o consumo médio per capita de água de São Carlos são 190,6 litros por dia, por pessoa. Então, esse é um número importante. Veja, a gente está adotando 200.É, próximo. Só que a outra informação é mais importante ainda. Nós estamos adotando cinco pessoas por lote, e o Censo de 2022 fala que aqui em São Carlos a taxa média de ocupação é de 2,64 habitantes por residência. Se a gente fizer uma conta só para forçar um pouco, 2,5 contra 5, ou seja, a nossa população de projeto é quase que o dobro do que o Censo de 2022 fala sobre o município de São Carlos. E isso para a gente é muito importante, porque nos dá um coeficiente de segurança no dimensionamento bastante considerável, que a gente considerou desta forma. Ou seja, a estação vai ter um dimensionamento bem acima daquilo que precisa, dentro do regramento, para eventualmente suportar essas variações de carga, de vazão que eventualmente possa acontecer ao longo do período de ocupação. Bom,

qual é a meta desse tratamento que a gente vai propor? O que a gente está propondo, aliás. Produzir um efluente tratado em nível terciário. Vou falar bem rapidamente para quem eventualmente não seja da área, então a gente pode ter um tratamento primário, secundário e terciário. Primário é basicamente só remoção de sólidos em suspensão e sólidos sedimentáveis. Então, sujeira que vai no esgoto, o que você consegue tirar com o gradeamento, ou aquilo que é sedimentado através de areia, coisa desse tipo. Coisa básica. Quando você fala em tratamento secundário, a gente já entra um pouco, ou já entra, na verdade, na remoção de matéria orgânica. A grande maioria dos processos a gente fala em tratamento é remoção de DBO, demanda bioquímica de oxigênio. E quando a gente fala em tratamento terciário, além das duas primeiras etapas, a gente vai fazer remoção de nutrientes, basicamente nitrogênio e fósforo. Além de desinfecção. Eu nem considero como desinfecção como um terciário, isso para lançamento em corpo d'água. O meu conceito de desinfecção não é tratamento terciário, ele faz parte do processo. Mas, no caso aqui, a gente vai ter, então, a parte de remoção de nitrogênio e fósforo também, para evitar ou minimizar ao máximo a questão de eutrofização do corpo, que é um Classe II. Como a gente pretende atingir essa meta, então? É a escolha adequada da rota tecnológica, ou seja, quais etapas eu vou colocar dentro desse sistema de tratamento, tecnicamente a gente chama isso de operações unitárias, quais operações unitárias serão adotadas dentro desse processo para que o esgoto que entrar bruto, conforme sai de nossas casas, ao final ele tenha aquela qualidade exigida pela norma. E uma outra coisa que a gente também não pode deixar de citar é que tem a garantia de que no pós-implantação, até antecipando um pouco a informação, uma das exigências do SAAE é que esse sistema seja operado pelo

empreendedor pelo mínimo 12 meses depois da entrega, ou seja, vai ter um acompanhamento desse funcionamento, mas que essa operação e manutenção ela prossegue, porque é uma necessidade que isso continue funcionando para que você tenha o resultado que foi pensado em projeto. Bom, essa é a nossa rota tecnológica. Isso aqui é bem mais técnico, então me perdoem aqueles que não são da área, mas eu vou tentar falar assim de forma bem simplificada. Então, o que estamos propondo é um sistema de A2O modificado de três etapas, onde teremos: Num primeiro estágio, a remoção biológica de fósforo; Segundo estágio, a remoção biológica de nitrogênio; Terceiro estágio, a remoção de Demanda Bioquímica de Oxigênio (DBO); Quarto estágio, um sistema de sedimentação com um decantador de alta taxa; Quinto estágio, um sistema de desinfecção e pós-aeração; E, por último, para garantir que o efluente da estação não tenha sólidos em suspensão que eventualmente possam ter se desgarrado do sistema de decantação, propomos um sistema de filtração final.". Por que a gente está pensando em RBF, remoção biológica de fósforo, para reduzir a quantidade de íons férricos para fazer precipitação química? Então, a gente vai fazer, vai prever dentro do sistema para remover fósforo, que é um nutriente, ele é um limitante dentro do nosso processo, a gente vai fazer a remoção dele de duas formas, remoção biológica e remoção por precipitação química. Eu sei que é bastante técnico, mas, enfim, é toda uma cadeia, uma sequência de processos para que a gente consiga fazer o tratamento e deixar o esgoto tratado, depois eu vou falar exatamente até onde, mas de acordo com o que pedem a legislação. Esse é um layout básico, bem simples do sistema, então a gente tem ali o tratamento preliminar, nesse princípio desse tratamento preliminar nós estamos pensando em sistema de gradeamento manual, caixa de areia e elevatória, é o

básico do básico. Aí depois a gente vai entrar no sistema de tratamento propriamente dito, então a gente está propondo um sistema de crescimento aderido, tipo IFAS, decantador secundário de alta taxa, os tanques de pós-aeração e desinfecção e, por último, sistema de filtração. Nesse caso a gente está pensando em quatro módulos, a gente está falando de uma vazão mais ou menos de mil metros cúbicos por dia para esses 981 lotes, então de forma bastante genérica cada um desses quatro conjuntos aqui é para tratar um quarto da vazão, embora no primeiro tenha a vazão de contribuição de água de chuva que ocupa parte da capacidade dele, mas isso também já está considerado. Então outra coisa que é importante dizer, todos os equipamentos que vão estar, na verdade, que são necessários para que o sistema funcione, eles vão estar implantados em redundâncias e operacionais, não é de prateleira. Então, para dar segurança para o sistema, bomba, eu vou ter uma mais uma, instalada e operacional, deu problema na primeira bomba, a segunda bomba vai entrar. Bombas de retorno, sopradores, bombas dosadoras, tudo é em duplicado. Temos previsão também, não só previsão, mas vai ser implantado um sistema suplementar de fornecimento de energia, ou seja, acabou a energia elétrica por algum motivo, entra o gerador, gerador com 12 horas de autonomia, pelo menos, para poder rodar 100% do sistema. Depois tem abrigo de produto químico, tem uma parte de comandos e tal, e a parte de lodo. Então, essa é uma concepção, é um layout esquemático daquilo que foi pensado e depois, eventualmente, vai ser detalhado como o sistema para fazer o tratamento. Isso é o que é importante falarmos aqui. Essa é a planta da bacia que está contida o empreendimento, e a gente vê que logo no primeiro ponto, depois a gente vai ver a questão das diluições, naquele ponto ali a bacia de drenagem é bastante pequena, ela tem

só 2,3 quilômetros quadrados. Mas, depois, conforme vai caminhando o córrego, essa bacia vai aumentando e chega no último ponto de estudo, que é um ponto de estudo onde a gente acaba, a vazão de referência acaba sendo maior que a vazão de lançamento. Acabei passando, mas é importante dizer o seguinte, todo esse nosso estudo, a gente está trazendo um horizonte de projeto de mais ou menos 2050 para 2025, porque a gente tem que imaginar que isso é um loteamento, vão ser entregues lotes, não casas, não apartamentos, e que isso tem um tempo, vai vender tudo, mas, em termos de ocupação efetiva, tem um tempo. A gente acompanha essa questão de loteamento há muitos anos e a gente vê que, embora os empreendimentos, Adriano pode até falar mais aí, mas você pega empreendimento com 20, 30 anos, que alguns deles não têm 100% de ocupação, tem muitos terrenos vazios ainda. Então, o que a gente pensa aqui, a gente está pegando todo um histórico que vai acontecer daqui 25, 30 anos, trazendo para, vamos falar, valor presente, para falar, olha, daqui 25, 30 anos, é isso que a gente entende que vai acontecer. Então, é essa simulação que a gente entende para esse empreendimento. Então, para fazer o estudo de diluição que a gente vai apresentar no próximo slide, foram feitas amostragens no corpo receptor, ou seja, não são dados teóricos, eventualmente você pode ir lá e pegar da legislação ou pegar por algum dado de CETESB, mas, não, nesse caso foram amostrados três pontos, mais ou menos nessas regiões, para que a gente pudesse efetivamente fazer esse estudo com dados locais. Alguém vai poder falar, mas você pegou uma amostra? É, eu sei que é uma amostra ao longo de um mês de 43.400 possíveis. É um retrato, mas é um retrato do que tem lá hoje. Então, não é os dados de entrada do nosso modelo matemático, a gente usou o Streeter-Phelps para poder fazer a simulação, são dados reais. Os dados

empíricos, os dados não reais, são os dados do esgoto, mas que são mais sabidos, são mais fáceis de determinar, DBO a 300, fósforo 10 a 12, nitrogênio 40 a 50. Então, isso para esgotos sanitários são informações mais simples de serem admitidas quando comparado com a qualidade efetiva daquele corpo receptor que você vai fazer o lançamento do seu esgoto tratado. Então, a nossa simulação partiu de dados reais de campo da qualidade desse córrego. Na verdade, o primeiro não tem nome, mas o principal é o córrego Galdino. Classe 2, de acordo com o decreto 1755. Essas foram as duas primeiras simulações que fizemos, a segunda é a última que a gente precisa. E aí, tem uma coisa que é importante dizer. Quando a gente vai pensar em tratamento de esgoto, a legislação ambiental que a gente tem, ele fala em dois grandes parâmetros, padrão de lançamento e padrão de qualidade. O padrão de lançamento é menos restritivo que o padrão de qualidade. O padrão de qualidade é o padrão do corpo receptor. Então, se você for lá na legislação e olhar qual é o padrão de qualidade de um corpo receptor classe 2, a legislação vai falar, é esse aqui. E aí, o que a gente pensou? Como já no começo do processo, nós estamos numa bacia bastante reduzida, com uma vazão de referência reduzida, e que pode impactar no momento da diluição, então a gente subiu a régua do tratamento. Ao invés de adotar na saída do tratamento o padrão de lançamento, nós adotamos o padrão de qualidade. O que isso significa? Se eu coletar uma amostra na saída do tratamento, analisar essa amostra, ela tem que ter no mínimo, exatamente, a qualidade do corpo receptor. Porque aí, quando eu fui misturar essas duas, vamos falar assim, ao estudo de diluição, a depuração é uma forma física e matemática, na verdade matemática, de você fazer essa mistura. Ao estudo de diluição, depuração, é você falar, o que acontece se eu pegar o meu esgoto com

essas características e lançar no rio com essas características? Então, parte disso é a diluição, que você vai ter umas fórmulas que você faz isso. E aí, o que a gente pensa para ter mais garantia nesse processo? Eu vou produzir um efluente tratado cujas características são, no mínimo, iguais às características do corpo receptor. Porque a hora que eu misturar essas duas coisas, se eu misturar um com um com a mesma concentração, eu vou ter dois de volume, mas a concentração é a mesma. Eu não preciso contar com a capacidade de diluição do rio. Ou seja, estou falando que aquele esgoto que está sendo tratado já atende ao padrão de qualidade já no lançamento. Por isso que a gente subiu a régua considerando sistema de remoção de fósforo duplo, biológico e físico-químico, sistema de remoção de nitratos, o nitrogênio, no caso, é nitrato. O que a gente encontra é amoniacal e, eventualmente, se eu não tiver desnitrificação, o que vai sair é nitrato, NO3. Então, no caso, a gente está pensando na remoção de nitratos. E, por fim, a questão da filtração, que é para poder evitar que você tenha algum floco, ou seja, um evento de floco desgarrado do sistema de decantação, que, por algum motivo, pode acontecer, um desbalanceamento biológico, alguma coisa. É tema é biológico. Eu mando nele até um certo ponto. Daí para frente, ele tem vontade própria. Então, eu tenho que me cercar de elementos, ou de estruturas, ou de equipamentos que me garantam que aquele esgoto vai sair daquele jeito que eu previ. Então, a nossa segurança disso é que o sistema foi pensado agora e será dimensionado. Essa é uma informação importante. Considerando que o esgoto tratado vai atender o padrão de qualidade já no lançamento. Essa informação é importante. E, aqui, a gente fez as simulações. É só o resultado da simulação. O primeiro ponto é exatamente no ponto de lançamento. O segundo ponto é já na confluência final. Por que

estão tão restritos assim? A gente tem lançamento em ambiente lêntico, água parada. Então, a minha régua sobe um pouco a mais ainda, porque os níveis de concentrações, principalmente de fósforo, para o ambiente lêntico, ele ainda é menor do que o ambiente lótico, que é água correndo, água corrida. Esses são os resultados que a gente espera. Então, no caso, depois das diluições, em qualquer uma das situações, a gente pretende que, após a mistura, o DBO é menor que 5, o OD é maior que 5, o fósforo é menor que 0,1, o nitrogênio amoniacal é menor que 2 e o nitrato é menor que 10. Isso é o que pede a legislação para padrão de qualidade de corpo receptor classe 2, que é onde a gente está inserido. Bom, então, o que a gente tem aí para concluir, essa é uma rota tecnológica bastante conhecida, Brasil e internacional, especificamente essa rota tecnológica. Nós já temos alguns sistemas implantados aqui, eu, particularmente, a gente já implantou, está em operação em algumas ETEs, inclusive bem maiores que essa, que a gente tem em Cajamar, está implantando em Paulínia, enfim. Então, tem estações com essa rota tecnológica e que pode comprovar as nossas premissas, que isso nos dá bastante segurança. Então, o sistema proposto tem reconhecimento, a gente não está sugerindo e não está inventando nenhuma roda, longe disso, é um sistema que já é pacificado, que ele é capaz de produzir o influente dessa forma. E aquilo que eu falei, que a gente já tem alguns sistemas desses implantados aqui, que, eventualmente, se alguém quiser visitar e tal, para ver como funciona, está aberto. Acho que é isso. Rápido, um pouco técnico, tentando ser mais claro para quem, eventualmente, não é da área, mas, eventualmente, depois se tiver alguém querendo um pouco mais de detalhe, a gente está à disposição. Ele vai diretamente para aquelas partes fechadas. Ele é coletado na rede, você tem uma rede coletora que está

enterrada, chega enterrado no sistema de tratamento. Ali não está detalhado porque é só uma ideia, mas, por exemplo, a gente tem propostas, inclusive, de fazer um fechamento do tratamento preliminar com um sistema de tratamento de gases, que é mais chato. A primeira etapa não dá nem tempo de ser anaeróbio. Embora seja uma rede relativamente grande, pelos nossos estudos a gente vai ter mais ou menos 14 km de rede coletora, mas não dá tempo de você entrar na rede coletora no fenômeno de anaerobiose. Depois da elevatória, embora esteja escrito lá que você vai ter um tanque anaeróbio como um sistema para poder fazer a remoção de fósforo, não tem cheiro, por incrível que pareça. Porque, na verdade, nele a gente tem o retorno de lodo aeróbio. Então, ele não fica anaeróbio naquele ponto que a gente conhece de ser mal-cheiroso. E o restante do sistema é um sistema biológico, é um sistema de lodos ativados, a aeração prolongada, ou seja, o lodo, quando sair dali ele já sai com uma relação de biodegradação bastante elevado, tecnicamente de novo, SSV sobre SST abaixo de 0,6, então isso proporciona um lodo que não entra em putrefação, ou seja, ele não vai ficar mal-cheiroso, e fácil depois de fazer a desidratação. Então, é um processo aeróbio. Sim, nós temos dois pontos de geração de sólidos, o tratamento preliminar, onde você vai ter o sistema de gradeamento, o sistema de remoção de areia, a caixa de sedimentação de areia. Esses sólidos são os mais chatos. O que a gente faz? Vai ter uma caçamba do lado, por isso que eu falo a questão da operação. Eles têm que ser removidos com uma certa periodicidade, aí se o senhor me perguntar de quanto em quanto tempo, a minha resposta vai ser sempre assim, vai depender do nível de educação das pessoas, porque normalmente aquela grade está ali para remover algo que não era para estar ali. Infelizmente, as pessoas ainda usam o vaso sanitário como lixo, e não pode. Ok,

a gente não vai conseguir mudar a mentalidade de todo mundo. Então, aquilo ali é um sensor do nível de educação do povo que mora ali. Quanto mais sujeira tem, tende a ser menos educado. E o problema é que quando você começa a ter essa sujeira, papel, plástico, enfim, vamos entrar muito no mérito, começa a grudar, vamos falar assim, os biosólidos que não eram para parar, não era para parar a fezes ali, era para passar embora, a fezes era para tratar. Mas, às vezes, se você tem muita sujeira no gradeamento, como ele entope, você acaba tendo a fezes parando ali, e aí isso pode dar cheiro. Então, o que tem que fazer? Ir lá, limpar, colocar nessa caçamba, isso vai ficar tudo depois de escrito. E a gente coloca cal, borrifa cal por cima, sempre que faz a limpeza, você borrifa cal, porque com a cal você leva o pH e o sistema anaeróbico você tem que diminuir o pH para poder ter a decomposição. Então, a gente acaba não tendo isso. E o outro biosólido, rapidinho, é o biosólido do processo que gera. Todo o sistema de tratamento gera lodo. Eu já ouvi falar que tem um sistema que não gera, mas você não gera porque não está tratando. Todo o sistema de tratamento gera lodo. Uns mais, aerados, uns menos, anaeróbios, mas todos gelam. Nesse caso, pelo tamanho da estação, depois a gente vai evoluir isso, a gente está pensando em fazer essa remoção de forma líquida. Então, eu faço a retirada diária conforme vai ser preciso fazer essa retirada. A gente vai acumular em dois tanques de lodo e de tempos em tempos alguém vai lá e faz a retirada disso e leva para poder fazer a desidratação num outro ponto. Depois a gente vai ter que discutir ainda com o SAAE para ver se eles querem alguma coisa no local para fazer a desidratação lá.

SR. PRESIDENTE JOSÉ WAMBERTO ZANQUIM JUNIOR - A apresentação da Elisa e o Kleber, rapidinho, para depois a gente abrir para não avançar muito no tempo.

SRA. ELISA ROCHA (EMPREENDIMENTO) - Boa noite. Obrigada pela oportunidade. Sou a Elisa Rocha. Estou junto aqui com o engenheiro agrônomo Kleber Luiz. Eu sou arquiteta urbanista. E vou trazer para vocês aqui um pouco do estudo que foi desenvolvido pela Mãe Terra em colaboração com o Estudo de Impacto de Vizinhança para esse empreendimento. E com foco nos aspectos ligados à cobertura vegetal e às questões ligadas à água, também. O percurso para a realização desse diagnóstico, que parte da gente conhecer o termo de desidratação. Para a realização desse diagnóstico, que parte da gente conhecer o território com o qual a gente precisa lidar com as situações do empreendimento. E para delimitar uma área de estudo para esse reconhecimento, a gente primeiro identifica quais são os temas que vão ser analisados, qual que é o domínio de cada um desses temas e vai olhar, então, para o território quais são as áreas de abrangência que precisam ser reconhecidas e estudadas para a gente poder contemplar todas as questões do empreendimento. Então, para isso, a gente define áreas de influência de estudo. E ela tem uma área que se relaciona com a área de impacto direto e tem uma outra área que é diretamente afetada pelo empreendimento. Para aquela área de impacto direto, a gente considerou dois quilômetros a partir dos limites da Fazenda Santa Elvira, que é a área maior de todo o empreendimento. E, dentro desse recorte, a gente foi lá observar todas as questões ligadas aos recursos hídricos em termos das unidades de gerenciamento dos recursos hídricos, quais eram as microbacias envolvidas nessa área, qual era a qualidade da água

desses recursos hídricos superficiais e quais são os principais usos feitos por esses recursos hídricos nessa delimitação geográfica. E, para a flora, a gente observou quais são as áreas de interesse ambiental delimitadas pela legislação, quais são as unidades de conservação da natureza, quais eram as características da cobertura vegetal e também uma análise de paisagem nesse recorte e quais são os parques presentes também nesses recortes. E, na área diretamente afetada, então a área do empreendimento especificamente, a gente se concentrou em entender quais eram as áreas de preservação permanente, suas características, onde já tínhamos reservas legais delimitadas anteriormente, termos de compromisso ambiental e quais eram as características da cobertura vegetal. Esse diagnóstico foi realizado em meados de 2021. A gente segue, esse empreendimento está em aprovação faz um certo tempo, e aí foram utilizadas referências até da própria Catuí, do estudo de água, que a Adilton acabou de mostrar, para a gente poder compor essas informações, assim como uma vistoria de campo que foi realizada pela equipe.Então, aqui está ilustrando esse recorte dos dois quilômetros a partir dos limites da Fazenda Santa Elvira. Então, para vocês verem qual foi a área de abrangência determinada para esse estudo. Então, vejam que a gente chega lá na região norte, até próximo ali à Água Vermelha, todo o loteamento encontro Valparaíso. Aqui embaixo a gente pega um pedacinho do Dama está lá para a direita a gente está chegando pertinho do loteamento, como ele chama, Vale das Pedras. Há sub-bacias que se relacionam, então, com esse território. Estão ligadas ao Rio Mogi Guaçu, que é a unidade de gerenciamento dos recursos hídricos 9, onde está a Microbacia do Córrego do Lobo e da Jararaca, aqui no lado direito de vocês. E, aqui, principalmente onde se concentrou as informações que o Adilton

acabou de apresentar, é a unidade de gerenciamento 13, que está ligada ao Rio Jacaré-Guaçu e à Microbacia do Córrego do Galdino. Então, olhando mais, chegando mais perto desse recorte, a gente identificou quais eram os principais elementos da paisagem ligado aos recursos hídricos que a gente precisava se preocupar. Então, a gente viu ali que nessa bacia tem uma série de barramentos e que têm um uso predominante para a recreação. Esses barramentos têm uma prainha, por exemplo, são áreas que estão utilizadas, então, para a contemplação, para a prática de esportes. Então, tem um foco bastante grande do uso da água para esse tipo de atividade dentro dessa bacia. Então, por isso, tanto dessa preocupação do que foi apresentado anteriormente, da gente garantir a qualidade da água para que todos esses usos possam ser mantidos com a mesma característica que eles têm hoje. Aí, observando também a qualidade da água, nos cinco pontos que foram mostrados, como a Adilton mostrou, o principal curso da água que passa ali perto do empreendimento é Classe II. Essa área não é um manancial de abastecimento de água para a população. E, como eu comentei, os usos são predominantemente recreativos.

A gente também foi lá olhar quais eram as outorgas que já tinham sido emitidas nesse território. Então, a partir delas, a gente confirma que o tipo do uso é justamente esse que a gente acabou de apresentar anteriormente. E, então, os impactos que foram analisados dentro dessa temática, eles se concentraram em observar o que iria acontecer com uma possível alteração da qualidade da água e um assoreamento de nascentes ou de cursos da água quando da implantação do empreendimento. E isso se relaciona muito com a etapa de implantação mesmo, de obras, a gente vai fazer terraplenagem, vai mexer na cobertura vegetal, e isso pode gerar situações que vão prejudicar a qualidade da água

desses cursos que estão ali perto. Então, é um impacto que tem uma alta importância considerando os usos recreativos que foram identificados. Porém, usualmente a gente já tem uma série de medidas que são tomadas durante a execução das obras que garantem, de maneira preventiva, que esses impactos não aconteçam. Então, o compromisso é que toda a terraplenagem seja realizada numa época de menor intensidade pluvial para que não haja justamente o carreamento desses sedimentos para os cursos da água, que sejam instaladas proteções e contenções que possam barrar eventuais situações que aconteçam e que sejam feitos terraceamentos, ou seja, que a terraplenagem preveja locais onde o sedimento vai ser barrado e não vai chegar nesse curso da água. Então, aplicadas essas medidas que estão sendo indicadas, que têm uma alta eficácia, a gente consegue reavaliar que o impacto passa a ter uma baixa relevância, porque essas medidas têm alta eficiência, no final das contas. Aí, um segundo impacto identificado foi a questão do aumento do escoamento superficial das águas. Com a implantação do sistema aviário, com áreas impermeabilizadas de asfalto, calçadas, concreto, enfim, a gente tem uma menor infiltração das águas no solo. Isso, então, quer dizer que a gente tem uma menor recarga do lençol freático. E aí, um impacto que foi avaliado como sendo de média relevância, porque vale considerar que, como foi destacado anteriormente pelo Adriano, é um empreendimento que está reservando um alto percentual de áreas permeáveis. Então, apesar de a gente ter, sim, uma certa impermeabilização com a implantação do sistema aviário, a gente também tem uma área permeável maior do que aquela que é exigida pelos órgãos legais. Então, isso traz a avaliação da importância do impacto para essa característica de média. E aí, como medidas mitigadoras, que também têm um grau de eficácia

médio, a gente vai chegar numa avaliação que é de média relevância também. E o que está sendo proposto para que isso seja minimizado é que sejam implantados ao longo do sistema viário pontos onde a água possa infiltrar nesse lençol freático, de forma que, com estruturas do tipo biovaleta, valas de infiltração, jardins de chuva, isso também possa colaborar com a retenção até dos poluentes. Toda a poluição que acaba caindo nas áreas pavimentadas, naquele momento da primeira chuva, isso tudo vai para o córrego. Se você tem essas estruturas, você permite que a água desse primeiro fluxo seja tratada a partir das próprias plantas que estão nessas estruturas e ela consegue ir para o córrego com uma característica melhor que se não tivesse. Como foi mostrado, também tem bacias de detenção previstas no empreendimento. Então, também é uma outra estratégia para que a água não chegue rapidamente e provoque situações a jusante na parte mais baixa do empreendimento. Foram esses dois impactos identificados nos recursos hídricos e essas medidas que foram propostas, de maneira que entendemos que eles estão sendo cuidados da altura da necessidade do que vai ser realizado. Na sequência, agora, vamos ver os aspectos focados com a cobertura vegetal. Quem vai trazer é o Kleber Luiz. Obrigada.

SR. KLEBER LUIZ (EMPREENDIMENTO) - Olá, boa noite. Meu nome é Kleber, sou engenheiro agrônomo da Mãe Terra, sócio da Mãe Terra. Quando fazemos um tipo de trabalho desse, de estudar uma área maior, dentro desse contexto das áreas de influência, partimos de levantar as informações de fonte secundária, os mapeamentos que já existem, seja do Estado, seja, às vezes, das federais que eu consulto e os órgãos ambientais que a CETESB também vai consultar. E uma das fontes de informação também, principalmente se tratando

de São Carlos da Prefeitura, que tem um material bem rico, foi, justamente, dentro do plano diretor, esse mapeamento das áreas de interesse ambiental. Então, buscamos entender para a Prefeitura, dentro do conceito do plano diretor, o que ela entende dentro de uma definição, aqui se destina as áreas de interesse, o que ela chama de áreas de interesse ambiental, que são essas áreas verdes. Você vê que dentro desse buffer da nossa área de influência tem essa mancha grande ali na parte sul do empreendimento e chega a pegar até uma porção dentro da ADA, dentro do empreendimento, que coincide com um fragmento florestal, Mata Atlântica, um estágio médio. Então, para a Prefeitura, dentro desse conceito, ela entende que essas áreas são importantes no entorno do empreendimento. E, numa sequência de raciocínio, buscamos enxergar, vamos entender, o que tem de vegetação nativa, de cobertura vegetal, Mata Atlântica ou até mesmo Cerrado. É importante informar que sabemos que São Carlos está inserido em uma região onde existe a ocorrência de Mata Atlântica e Cerrado. O mapeamento, por exemplo, os dados secundários dos biomas do estado de São Paulo, identificam São Carlos como uma área dentro do bioma Cerrado. E, depois, outras fontes, tal como o inventário florestal, que é um dado mais recente do Instituto Florestal de 2020, já mostra ali que tem manchas de Cerrado e Mata Atlântica, ou seja, estamos em uma região de contato, de conflito, de ecótono entre os dois biomas. Então, buscamos entender o que existe de vegetação dentro da nossa área de influência. E foram essas áreas em verde que são fragmentos florestais de Mata Atlântica. Enxergamos, ali encontramos, em laranja, na parte superior, um trechinho de Cerrado. É muito nítido, na questão de vegetação, de tipologia, de espécies, saber, entender, interpretar a diferença entre uma mancha de Mata Atlântica e de Cerrado. E esse

slide, essa avaliação, dentro até de um conceito de ecologia da paisagem, a gente consegue enxergar as possibilidades de corredores ecológicos, de conexão entre os fragmentos florestais, que vai trazer ganhos não só à vegetação, mas na questão de fauna, principalmente. Então, a gente chega nesse cenário. A gente chegou em 540 hectares de manchas de vegetação nativa, mas, ao mesmo tempo, eu observo que há um predomínio de áreas descobertas, que é o uso do solo histórico nessa região, que são áreas de cultivo agrícola, de pastagem, ou seja, desprovidas de vegetação nativa. E perceba que ali, aquela área de interesse ambiental dentro do estudo do município coincide com uma mancha significativa do empreendimento, que é uma reserva legal da Fazenda Santa Elvira, que automaticamente é uma área verde do empreendimento e que será integralmente preservado. Ainda nessa análise macro da ID, vamos entender o que já existe de parque para o município, o que já existe de área de parque sabido. A gente tem a grande área do Dahma, esse complexo, que expande até essa área de influência, que pega um conjunto dos loteamentos deles, inclusive pegando uma área sem vegetação, pega a parte do golfe, então é o que chama a atenção e que se destaca dentro dessa área de influência. Lá em cima, o Parque São Miguel, está ali, o círculo é apenas uma indicação, ele não tem esse formato, porque nada mais é que uma área de convenção, de eventos, de festas, nós estivemos lá. E tem ali um parque dos Buritis, vinculado ao Quinta dos Buritis, ou seja, temos poucos parques dentro de um cenário desse que tem até um potencial. Chama a atenção a arborização dos condomínios Valparaíso, ele se destaca pela questão da arborização urbana, viária, apesar de ser um empreendimento antigo, com ruas ainda sem pavimento, mas ele contribui bastante para essa questão da cobertura vegetal

nessa área de influência. Então, quando você sai percorrendo os locais, é esse cenário que vamos encontrar. Então, são áreas extensas mesmo de cultivo agrícola, alguns corpos d'água com uma cobertura vegetal florestal, já mais significativa, alguns fragmentos que estão ainda em desenvolvimento, que requerem um enriquecimento, um trabalho de recuperação. Então, essa é a paisagem que encontramos na área de influência. Reflete nada mais do que o que mostramos ali na fotografia macro. Eu citei que encontramos um trechinho de cerrado, só um destaque, uma espécie de cerrado que encontramos, é uma mancha bem significativa e que se espera que se mantenha por um bom período. Focando agora na área do empreendimento, a nossa ADA, esses quatro recortes me mostram algo importante, que a Fazenda Santa Elvira e esse trecho do empreendimento já tem um uso muito pré-determinado. Desde 2003, a gente vem acompanhando com as imagens do Google e a gente percebe que tem um uso muito determinado, estabelecido. O grande destaque, digamos assim, é o surgimento de um fragmento florestal ali nessa parte leste, que antigamente não existia e ele passou a existir, mas já está muito bem determinado, muito determinado até pelo cultivo agrícola, ou seja, o empreendimento nada mais do que ocupou aquelas áreas de fato passíveis a serem ocupadas, que eram o cultivo agrícola. Aquele fragmento pequenininho que foi se desenvolvendo ao longo dos anos, a gente descobriu que ele é oriundo de um termo de compromisso. Então, aqui é só um mapeamento da cobertura vegetal do uso do solo que nós fizemos, está quantificando. O empreendimento, essa área, o imóvel, ele tem 20 e pouco por cento de área de mata juntando estágio médio e estágio inicial. É um fragmento de mata atlântica. Havia aquela dúvida das fontes de referência se a gente ia encontrar alguma coisa de cerrado, onde é aplicada

uma legislação específica, mas não, quando você começa a caminhar pelo fragmento, levantando as espécies, fazendo um levantamento florístico, você percebe que existem espécies de mata atlântica, indicadoras de mata atlântica. É nisso que eu me apego para qualificar o fragmento como estágio no caso médio, mas dentro do bioma mata atlântica. Esse cantinho também aqui que tem a esquerda, ele é uma área que nós percebemos que não fazia parte do cultivo agrícola, que é a grande laranja aqui, e que já está num processo natural de regeneração, já vem surgindo ali as espécies nativas, até algumas de cerrado, que nós achamos bem interessantes, e ele vem desenvolvendo, por isso que ele naquela época encontrou e foi classificado como estágio pioneiro. Também é uma classificação dentro da mata atlântica, mas o próprio nome já diz que ele vem se desenvolvendo. Então essa é a cara do imóvel, o retrato do imóvel em relação à cobertura vegetal, uso do solo, predomínio de áreas cultivadas, no caso a época era cana, e com as manchas em verde estágio médio inicial e um pioneiro ali no cantinho. Em referência àquele fragmento do estágio inicial, nós levantamos também, se o imóvel, a propriedade existe, tem algum passivo, um passivo ambiental, alguma pendência, digamos assim, e identificamos que houve, no passado, um compromisso de recuperar diante de um processo com a implantação das vias e tudo mais, e fomos no local e percebemos que, de fato, pelas espécies você percebe que houve um plantio proposital, e o status desse plantio hoje, até a própria CETESB já deu o ok no TCRA, no compromisso. Então o empreendimento, o imóvel não têm nenhum passivo que se trata de alguma pendência envolvendo a CETESB ou outro órgão. Então, enxergando a propriedade, você percebe lá, tem o fragmento florestal, que ele tem ali uma borda mais degradada, até por conta do histórico dos cultivos agrícolas, mas

você anda lá dentro, você percebe já uma diversidade maior, um fechamento, então ele está, com a implantação do empreendimento e o total isolamento agora, a tendência é ele se desenvolver cada vez mais. O estágio inicial, que visualmente talvez não seja perceptível a diferença entre os dois, mas o que determina é o porte das árvores, espécies que ocorrem, mais espécies pioneiras, que crescem rápido e tudo mais. Algumas árvores isoladas, que não são muitas, mas com destaque para uma fileira de eucalipto, que funciona até com uma barreira de vento, e o grande uso ali, que é o cultivo agrícola na fazenda, que é um histórico de anos. Então, quando a gente fala de cobertura vegetal, com a implantação do empreendimento, o que a gente identifica de impacto? Haverá, inevitavelmente, o corte de algumas árvores isoladas, de origem nativa e exótica, e também haverá uma supressão da borda do fragmento estágio inicial, muito por conta até da própria perimetral que é prevista no empreendimento. É algo relevante, é um impacto alto, e ele, obviamente, vai passar por todo o crivo da aprovação ambiental de um loteamento. É importante dizer que estamos numa fase agora de prefeitura, e muito em breve iremos ao Estado passar pela aprovação do GRAPROHAB, o que inclui a CETESB, a própria agência de São Carlos. Então, ele vai atender às questões legais e também na questão de compensação. Tudo o que cortar será compensado, tudo o que suprimir será devidamente compensado. Então, a gente entende que é um impacto de relevância baixa e muito no início temporário. Em contrapartida, se a gente olhar para aquele cenário que eu mostrei, macro, e a própria fazenda, a gleba do empreendimento, a nossa ADA, com a implantação do empreendimento e a destinação das áreas verdes e sistemas de lazer e a proposta de plantio, que é uma premissa até da própria aprovação do empreendimento, ele vai ter um

ganho de vegetação, seja de restauração ecológica, de plantio visando reflorestamento, seja até no sistema de lazer e arborização viária com algo mais paisagístico e harmonioso. Então, a gente percebe que o empreendimento vai incrementar, vai aumentar essa questão da cobertura vegetal e trará todos os benefícios relacionados de biodiversidade, de microclima, corredores ecológicos. Ele vai contribuir mesmo naquela gleba com aquela... com o macro, com aquelas matas que já existem na ID. E, para isso, como eu faço, como eu assumo esse compromisso? Através de um projeto de revegetação das áreas verdes, sistemas de lazer e também da arborização, que não é uma premissa de CETESB e de GRAPROHAB, mas é uma premissa do município. Então, ele vai ter esse ganho, esse incremento de vegetação. A gente até já fez uma primeira concepção desse projeto. É lógico que isso vai sendo refinado com o passar da evolução do projeto e do detalhamento, principalmente, de infraestrutura. A gente vai chegar a ter os projetos de elétrica, de drenagem, que impactam diretamente, por exemplo, na arborização viária. Mas a premissa, uma estimativa, é que serão plantados mais de 3 mil mudas nesse empreendimento. Então, de um cenário que a gente tem hoje de um cultivo agrícola predominante, com fragmentos até certo ponto degradados, a gente vai dar um incremento nessa cobertura vegetal, que traz benefícios não só para o próprio empreendimento e para futuros moradores. A gente está falando de áreas verdes e parques, que vai ter um acesso à população, mas também vai ter um ganho macro, regional, a partir daquele cenário que a gente viu de como é hoje o local independente da presença do empreendimento. Então, é isso. Só como ilustração. Essa é uma espécie de copaíba que foi encontrada no fragmento Estágio Médio. Agradeço a oportunidade. Qualquer dúvida, estou à disposição.

SR. PRESIDENTE JOSÉ WAMBERTO ZANQUIM JUNIOR - Pessoal, só para esclarecimento, depois de uma apresentação bem completa do empreendimento, a análise que nós faremos é uma análise do empreendimento que vai para o GRAPROHAB, que vai passar pela análise do Estado, e depois ele retorna ao Município para apresentação das licenças obtidas e do projeto de arborização. Então, essa é a fase dos estudos prévios à fase do Estado. Alguém tem alguma pergunta? Ficou com alguma dúvida, alguma curiosidade? Gostaria de aproveitar o pessoal da empresa. Só vou pedir, Sônia, fala primeiro o nome antes da pergunta.

SRA SÔNIA MARIA COUTO BUCK, representante da APA Corumbataí, parabenizo a apresentação do empreendimento. Não é condomínio, é loteamento aberto. Muito interessante, então isso é bacana. Vocês trazem alguns detalhamentos ali que são interessantes, que já atendem aí o Plano Diretor vigente. Mas eu pergunto, Júnior, quando a Câmara Técnica, por exemplo, vai olhar, Câmara Técnica de Vegetação, de Fauna, porque eventualmente a gente pode trazer outros olhares, trazer sugestões, e é esse momento que é importante. Não adianta depois que está aprovado o projeto que a gente traga então complementação. Por exemplo, uma das sugestões, e vocês chegaram a falar de corredores ecológicos, mas não tem corredor ecológico ali, e uma diretriz do plano diretor é a indicação de estudos de parques lineares, então eu gostaria de saber isso. Que momento que a Câmara Técnica vai poder trazer sugestões?

SR. PRESIDENTE JOSÉ WAMBERTO ZANQUIM JUNIOR - A gente trouxe a apresentação para cá, justamente depois de ter passado por uma análise do Ministério Público, dando ok quanto a todo o processo, e, se for de consenso dos

Conselheiros, a gente pode encaminhar para a Câmara Técnica, a gente coloca em votação e a gente pode encaminhar, se houver necessidade.

SRA SÔNIA MARIA COUTO BUCK - Eu acho interessante integrar a Câmara Técnica de Fauna e Vegetação, e eu tenho algumas sugestões e dúvidas que eu gostaria de ver no processo. Eu vi que alguns documentos vocês mostram aqui na apresentação, estudos feitos em 2019, 2020, então eu tenho dúvida de ver.

SR. ADRIANO ZARZUR (EMPREENDIMENTO) - Não. É um processo que se alastra há quase cinco anos na pré-aprovarão. É bastante incomum esse tempo todo para pré-aprovar um projeto. De um ponto de vista urbanístico, o que a gente fez? E aí foi bastante em cima do estudo do Kleber. A gente tem um fragmento de estágio médio que buscamos preservar a integridade, inclusive enriquecê-lo em alguns pontos, e complementou com um sistema de lazer. O outro fragmento é um fragmento muito pequeno, de estágio inicial, que está, vamos dizer assim, de certa forma desconexo dos demais. E a razão que a gente fez, para você entender um pouco melhor, porque esse processo, apesar de ele não ter sido encaminhado por essa Câmara Técnica, ele passou em três outras Câmeras Técnicas. A Câmara Técnica do EIV passou na Câmara Técnica do COMDUSC e passou na audiência pública tanto do EIV como do COMDUSC. Essas audiências públicas duas já foram feitas, essas Câmeras Técnicas também. A gente, o desenho inicial da diretriz viária cortava o fragmento pela metade. Então, se você pegar os projetos de 2019, a via arterial norte-sul corta o fragmento pela metade. E foi dentro dessas Câmeras Técnicas que a gente, vamos dizer assim, adaptou junto com o trânsito, nitidamente moveu essa avenida um pouco para a esquerda. É necessário ainda fazer um ajuste de borda que não compromete o fragmento como um todo, e dentro do urbanismo que a

gente implantou é praticamente um parque de 26 mil metros quadrados ao lado desse fragmento. Então, a ideia disso é criar uma conexão entre, vamos dizer assim, o público e o lazer. A área verde ela tem tanto uma função, vamos dizer assim, diretamente ambiental, de enriquecimento de forma de flora, mas ela tem uma função social também, principalmente área verde urbana, para você ter um ponto de educação ambiental. Então, quando a gente olha para essas duas, assim, de maneira clara, não é possível a gente conseguir fazer um corredor ecológico hoje conectando esses dois fragmentos existentes. Em vista disso, o que a gente fez? A gente acabou utilizando o fragmento de cima como um parque, ter um pouco dessa característica de área verde urbana um pouco mais educacional. O fragmento de baixo já é conectado com a APP do rio que a gente tem do lado esquerdo também. Então, vamos dizer assim, por esse lado o corredor ecológico está de certa forma suprido. A gente não identificou, vamos dizer assim, locais óbvios para fazer. Se a gente tivesse duas matas muito grandes ou duas coisas bastante consideráveis, a gente teria implantado alguma coisa desse tipo. Mas, realmente, se a gente olhar para o perímetro da fazenda, o que a gente tem é justamente um fragmento pequeno de estágio inicial em cima, que não faz sentido você conectá-lo com o fragmento de estágio médio embaixo.

SRA SÔNIA MARIA COUTO BUCK - Tudo bem. Então, eu deixo a sugestão, Junior, de que seja encaminhado tanto para a câmara técnica de fauna e vegetação e a de saneamento. Obrigada.

SR. PRESIDENTE JOSÉ WAMBERTO ZANQUIM JUNIOR - A gente coloca depois só em deliberação para ver a opinião dos demais Conselheiros. Mais alguém? Paulo?

SR. PAULO PENALVA MANCINI - Bem, boa noite. Parabenizar pelas apresentações. Eu acho que o modelo de ocupação da área é muito interessante, muito legal, mas surgiu bastante dúvidas. Porque, se a gente tirasse as dúvidas no momento da apresentação, seria mais fácil, não esqueceria. Mas, começando pela questão que foi colocada, eu tive que dar uma saída e não peguei, mas esses dois fragmentos que tinham, eles deveriam compor a área de reserva legal da fazenda. Quando a área é urbanizada, eu não lembro, essas áreas de reserva legal mudam de figura, do ponto de vista de uma unidade de conservação, como é uma reserva legal? É uma dúvida que eu gostaria de saber.

SR. ADRIANO ZARZUR (EMPREENDIMENTO) - Então, o que acontece, Paulo? Quando a gente urbaniza a nível de CETESB, quando você loteia uma área que tem... Só deixando claro, a reserva legal é parte da área verde que está aqui. Então, o fragmento de cima não é uma reserva legal, é só a parte do fragmento de baixo. Quando a gente passa por um loteamento, e a reserva legal deixa de ser rural e passa a ser área verde urbana, ela muda essa característica. O que é muito claro hoje para CETESB? Você, salvo condições muito específicas, você não pode desmatar uma reserva legal. Tanto que nesse projeto, é um pouco do que eu falei, o fragmento florestal de estágio médio no lado sul do projeto tem parte dele dentro de reserva legal, mas mesmo a parte que não está, está sendo inteiramente preservada. A gente não está encostando. Muito pelo contrário, a gente vai enriquecer o plantio do fragmento.

SR. PAULO PENALVA MANCINI - Perfeito. Isso é importante porque a gente sabe, a gente tem necessidade de garantir a biodiversidade. E esses fragmentos, seja em área urbana ou seja em área rural, eles têm que cumprir com essas

funções. Então, eu acho que uma hora, pelo menos eu tenho que me debruçar para entender melhor, porque a boa conservação dessas áreas é muito importante para a cidade, principalmente quando a gente tem moradias, porque a gente sabe que a gente tem que zelar muito bem para a qualidade ambiental nossa em função do aquecimento global. O que eu acho interessante também, acho que a novidade, pelo menos o que eu vejo, é a primeira vez que nós temos um empreendimento fazendo a sua própria estação de tratamento de esgoto. Então, acho uma novidade muito boa. Há muito tempo que a gente fala isso, que principalmente na bacia do Mogi-Guaçu, os empreendimentos deveriam fazer as suas próprias estações, porque é absolutamente inconveniente ficar fazendo a transposição de esgoto para a bacia aqui do Monjolinho. E você vê os problemas que nós temos agora com vazamento de esgoto e mau cheiro insuportável na cidade. Então, é um ganho muito grande, eu acho, do ponto de vista ambiental, a construção de uma estação de tratamento de esgoto. Teria muitas dúvidas que eu acho que não vale a pena agora a gente decidir só sobre o impacto econômico sobre isso. E também outra coisa que eu acho muito importante, eu confio na capacidade do SAAE de estar fazendo essa administração, mas é algo que suscita para a gente são-carlense as preocupações, porque são mais outras atividades que o SAAE tem que estar assumindo. Um outro elemento que eu acho muito importante é a respeito da lagoa de detenção de água. Essas lagoas têm ficado a cargo de gerenciamento da prefeitura municipal, e isso tem sido um problema muito grande. E já a solução das lagoas foi uma solução importante que começou a ser introduzida a partir da década do 90, mas já se sabe que não é a melhor solução. Então, eu acho que a gente deveria ter um diálogo maior sobre as lagoas de detenção e principalmente a manutenção delas. Então, seria

muito alvissareiro que fosse possível, se não evitar, mais minimizá-las. E também, existem já muitos projetos, não sei se no caso de vocês, a lagoa ser aproveitável quando ela não está sendo necessária para fazer suas soluções de reservação de água para evitar enchentes. Então, a princípio, acho que as considerações que eu teria. Acho que é muito importante prever que os lotes tenham uma área permeável, deve ter estabelecido, isso tem que ser inscrito no cartório, área permeável, e também postos de infiltração, que deve estar previsto já no Código de Obras também. Acho que é isso.

SR. ADRIANO ZARZUR (EMPREENDIMENTO) - Perfeito. Só respondendo algumas das questões, uma das coisas que a gente fez, justamente olhando para essa parte de conservação de área verde, porque a gente sabe que isso é um problema. Então, o que a gente fez? A gente isolou todas as áreas verdes e todos os fragmentos de lote. Não tem nenhum lote confrontando com uma área verde ou com uma mata. Então, você sempre tem essa mata ou circundada por áreas públicas ou por viário. Então, jamais você vai ter, eventualmente, um comprador, um morador lá, que vai entrar e vai ocupar irregularmente essa área. Queria deixar isso claro. Outra coisa da estação de tratamento, a gente fez duas atenuantes em relação à preocupação do SAAE, porque o SAAE mesmo tinha essa preocupação. Acho que foi em 2022 que a gente foi, junto com o presidente do SAAE, com o órgão técnico do SAAE, para Jacareí, visitar uma estação de tratamento que tem o mesmo conceito que é essa, junto com o pessoal da Catuí. A gente fez uma visita técnica guiada e, em cima disso, também a gente fez a pré-operação assistida de 12 meses, onde a nossa equipe, junto com a equipe do SAAE, a gente vai fazer essa operação em conjunto está aí, naturalmente, dentro dessa operação, não é que é dado um manual de operação e largado a

cargo do SAAE. Muito pelo contrário. A gente vai trabalhar junto com eles para que eles consigam aprender e ajustar a operação disso no pós-implantação, porque a manutenção dessa estrutura é bastante importante para o município também.

SR EDUARDO ARAUJO SILVA - Boa noite. Também parabenizo toda a equipe pela ótima apresentação. É a segunda vez que vejo vocês apresentando. Imagino que, em 2021, houve uma apresentação online pelo COMDUSC. 22, acho. 22? 22. Então, deu para ver a evolução, inclusive no material que recebemos sobre questionamentos do Ministério Público, que vocês responderam, principalmente com relação a áreas verdes. Então, é perceptível que tem muito estudo e muita dedicação no projeto. Mas eu senti falta de um elemento que estava presente naquela apresentação, que é praticamente, assim, de uma maneira muito preliminar, uma demonstração dos planos de ocupação futura do restante da fazenda, porque houve até questionamento na época, e você até se apresentou que não era um traçado já estabelecido no estudo. Mas, assim, quando a gente olha para essa fazenda e prevê uma ocupação bem maior do que essa que a gente está conhecendo, a gente consegue ter um pouco mais de noção do que está em vista para toda essa área. Então, quando amplia a leitura, é muito interessante a gente ver dois quilômetros a mais ao redor do empreendimento, mas, assim, a gente sabe que tem uma complementação, não sei em quantas fases, do próprio empreendimento. Então seria interessante, Adriano, que isso voltasse, se você vier apresentar novamente. Por quê? Porque aí entram algumas questões sobre impacto que já estão apontadas. Por exemplo, com relação a esgoto. Eu compartilho do Paulo aqui, que é uma preocupação sobre a capacidade operacional do SAAE mesmo,

que encontra muitas dificuldades na cidade de hoje para operar. Então, assim, quando houver uma segunda fase de ocupação, haverá uma outra estação, essa estação é expansível. Enfim, essas questões. Desculpa, só o seu nome. Meu nome é Eduardo. Eu represento as associações de moradores e sou membro suplente.

SR. ADRIANO ZARZUR (EMPREENDIMENTO)- Perfeito. Eduardo, só respondendo algumas questões, o que a gente fez para evoluir um pouco? O que acontece? A gente sempre tem que separar situações, mas, por outro lado, dentro da boa engenharia, a gente projeta já para o todo. Então, o que acontece? Volta só no urbanístico para mim, por favor. Pode ser o primeiro da nossa apresentação, só para onde a gente vê o perímetro da fazenda. Hoje, nesse momento que a gente está licenciando e onde a gente vai avaliar os micros impactos, vão ser dentro do projeto que foi apresentado agora, que são 644 mil metros. Inclusive, uma das diferenças entre a apresentação do COMDUSC, onde a gente realmente mostrou isso, era porque a matrícula ainda era a matrícula da fazenda toda. Hoje, essa matrícula já foi destacada e ela tem esse desenho. Um pouco respondendo algumas das suas questões, que eu acho que são super válidas e superimportantes. Todas as macroestruturas já estão dimensionadas por uma futura ocupação. Essa futura ocupação depende única e exclusivamente do sucesso desse empreendimento. Se ele for licenciado, se o mercado reage bem, naturalmente haverá uma sequência. Se o mercado não reage bem, não haverá uma sequência. Ele tem que parar de pé, do ponto de vista licenciatório, mas não faz sentido econômico para a empresa não contemplar uma possível futura ocupação. Em nenhum momento quer dizer que ela vai ser licenciada agora, muito pelo contrário. Quantas fases, eu não sei te

responder, não sei te falar se vão ser mais duas, mais três, mais quatro. O que eu sei te falar é o seguinte, tanto a área da estação de tratamento de esgoto, não ela como um todo, mas o espaço territorial reservado para ela, o estudo de depuração do córrego e as duas macros bacias de detenção nos pontos baixos foram dimensionadas já imaginando e já prevendo uma possível futura ocupação. De forma que não seria necessário, você não teria uma restrição para essas infraestruturas. Então, no caso da estação de tratamento, o Adilton mostrou lá quatro módulos mais ou menos. Se você fosse fazer um empreendimento do mesmo tamanho, você implanta mais quatro, cabe tranquilamente. Então, é só para dar um pouco desse contexto para você. Então, o que a gente fez? E aí é o que eu sempre gosto de separar. O que a gente está pleiteando a aprovação de vocês, membros do COMDEMA, é único e exclusivamente esse empreendimento. Por outro lado, a gente levou em consideração a possibilidade de futura ocupação. Essa possibilidade não é certa, não sei como ela vai se dar, se ela vai se dar, mas se ela algum dia se der, as macroestruturas a gente não está cometendo, não vai criar gargalos futuros propositalmente, foi levado em consideração. E só um último ponto, quando a gente fala dos dois metros, dos dois quilômetros que a gente analisou, a gente analisou da divisa da fazenda. Então, não é que a gente pegou só a divisa da primeira fase e puxou dois quilômetros dali, não. A gente pegou a divisa da fazenda como um todo e as áreas estudadas pelo Cleber e pela Elisa foram dois quilômetros do perímetro da fazenda todo, que está aqui em amarelo, não foi só da primeira etapa. Então, é importante só deixar isso bastante claro. Espero ter respondido a sua pergunta.

SR RENNAN MECCA BONTEMPI - Obrigado pelas apresentações, achei bem interessante. Eu fiquei com três curiosidades, na verdade. A primeira já foi praticamente respondida sobre essa questão de ampliação, quando mostrou todo o espaço da fazenda. Então, tem essa possibilidade de ampliação, caso for sucesso o empreendimento e tal. Eu fiquei curioso especificamente em relação aos dados da estação de tratamento de esgoto. Aqueles volumes de vazão é pensando já em toda essa ampliação ou pensando só nesse... Só na primeira etapa.

SR. ADRIANO ZARZUR (EMPREENDIMENTO)- O que a gente olhou hoje... O que a gente fez? A gente olhou só a primeira etapa. São 981 unidades na primeira etapa, cinco habitantes por unidade, 200 litros por pessoa. O que a gente viu que o Adilton tão bem trouxe é que isso é muito mais do que de fato tem, mas é muito melhor sobrar do que faltar.

SR RENNAN MECCA BONTEMPI - Então, leva para a minha segunda curiosidade, que é especificamente sobre a questão das vazões. Eu fiquei um pouco impressionado, porque o rio vai triplicar de vazão no seu cálculo final, pelo que eu entendi. Vai de seis a três vezes isso quando estiver totalmente ocupado. E eu queria saber se teve mais detalhes do entendimento do impacto desse aumento de vazão para o percurso do rio, considerando que é um volume expressivo. E, se tiver esse estudo ou não, entendendo melhor se haveria possibilidade até... Claro que esse estudo vai dizer se é necessário ou não, mas até haver a possibilidade de ter algum tanque ou algum espaço pulmão que poderia segurar essa vazão e, sei lá, soltar fora de horários e picos para não ter um impacto tão grande só de vazão, sem falar de outros parâmetros.

SR. ADRIANO ZARZUR (EMPREENDIMENTO)- Tem uma discussão se é um poço ou uma autora que será interligada, mas é uma discussão super simples com o SAAE porque, de certa forma, não afeta a forma ambiental e o empreendimento como um todo, porque é bem simples. Vou deixar o Adilton responder essa pergunta, porque ele tem bem mais embasamento técnico do que eu.

SR. ADILTON (EMPREENDIMENTO) - Bom, vamos lá. Especificamente sobre vazão, a contribuição de vazão de esgoto em um corpo receptor em termos de vazão, volume, é desprezível. Quando analisamos um corpo receptor em termos de vazão do rio em si, costumamos falar em metro cúbico por segundo. Ou seja, é um número muito alto, muito. Aqui estamos falando que a vazão de esgoto vai dar em torno de 11 litros por segundo. Isso em qualquer calha de rio, qualquer calha, vai dar uma lâmina ínfima. É desprezível. É totalmente desprezível compreendo a sua preocupação e, se faz necessário, fazer o esclarecimento. Estamos aqui como um daqueles slides. Temos que esclarecer. O impacto volumétrico de esgoto quando comparado com a água de chuva é ínfimo. Tanto que o nosso problema é o contrário. É quando temos lançamento de água de chuva em rede coletora. Porque uma única casa lançando água de chuva em rede coletora pode colapsar a rede coletora. Porque os volumes envolvidos de chuva são infinitamente maiores do que o volume de esgoto. Essa preocupação é válida, mas pode ficar tranquila que, mesmo que se tiverem outras fases, não faz nem cócegas na calha do rio. Não aumenta um centímetro as estruturas. Às vezes faz até pensar que vai ter uma passagem, um bueiro, uma boca, uma passagem sobre via. Não é nada. Não representa absolutamente nada o esgoto

tratado em termos de volume no rio. A preocupação é a qualidade, que é isso que explicamos bem.

SR RENNAN MECCA BONTEMPI - Certo. E tem essa projeção, talvez, para a ocupação total da fazenda?

SR. ADRIANO ZARZUR (EMPREENDIMENTO)- A gente não tem hoje o que a gente fez. E talvez eu precise até do auxílio do Edson, que está ali, mas a gente fez um estudo de depuração do rio. Quer dizer, o que esse rio aguenta. É para lá de 3.500 unidades. Então, se eu não me engano, são 4.000 algumas unidades que a gente consegue lançar no rio sem comprometer de maneira alguma a qualidade dele. Então, isso está resolvido. E quanto à vazão, acho que o Adilton deixou bem claro que é bem relevante frente aos desafios do rio.

SR RENNAN MECCA BONTEMPI - Eu acho que visualmente, pode ser que tenha poucos impactos, mas talvez para a questão de microfauna ou outras coisas assim, pode ter um impacto um pouco mais relevante.

SR. ADRIANO ZARZUR (EMPREENDIMENTO)-Por isso mesmo que foi feito o estudo de depuração e tudo mais. E ele faz parte do processo. Foi um estudo bastante considerável. Foi feito um estudo do corpo receptor, justamente para a gente balizar o tipo de tratamento que seria utilizado, qual que é a forma desse tratamento e o que ele comporta. Porque você não pode lançar no rio que ele necessariamente aguenta.

SR RENNAN MECCA BONTEMPI - Minha última curiosidade em relação a uma estação elevatória que foi colocada ali. Eu queria entender um pouquinho melhor qual seria a função dela ali. Só para terminar, qual seria a função dela? Porque eu tinha entendido de certa forma que era por gravidade a coleta, aí tem aquela estação elevatória, se ela seria só operacional da estação ou se seria para

alguma coleta de rede. E eu entendi que aquele seria talvez o ponto mais problemático em relação a odores ou sprays ou alguma coisa nesse sentido.

SR. ADRIANO ZARZUR (EMPREENDIMENTO)- Não. Deixa-me explicar um pouco melhor o que a gente tem dentro da estação de tratamento de esgoto, se sempre tem uma elevatória por menor que seja. Porque o esgoto chega profundo e ele precisa subir para chegar no tanque. Essa é a estação elevatória que você pode ter visto dentro da apresentação do Adilton. É uma estação elevatória dentro da estação de tratamento. Fora da estação de tratamento, a gente tem ainda uma outra estação elevatória. Qual é o ponto e por que existem estações elevatórias de esgoto em qualquer empreendimento? O esgoto, como a água pluvial, ele desce por gravidade. Só que diferente de uma água pluvial onde a gente tem, e nesse empreendimento a gente tem dois pontos baixos, que são os dois círculos vermelhos aproximados que a gente tem lá, que são as duas bacias de detenção. Não é viável você implantar uma estação de tratamento de esgoto em cada ponto baixo, até porque muitas vezes esse ponto baixo não é um rio, então você não tem onde lançar. Então, o que é feito, o que é muito comum? Você monta uma estação elevatória, o que é essa estação elevatória? Ela praticamente funciona como uma bomba. Esse esgoto chega por gravidade, depois ele é bombeado até chegar na estação de tratamento de esgoto. Então, a estação elevatória é bem pequenininha, ela não confronta com nenhum lote. Para vocês terem noção, tem estação elevatória de esgoto que é feita no meio da rua. Não é para dar cheiro, não é para dar problema, mas de qualquer forma a gente a isolou dos lotes. Então, ela não tem vizinho, o vizinho dela é a bacia de detenção, não é para ela ter o dor, porque é para chegar e para sair, vamos dizer assim. Não visiono problemas ali, a gente tem... É muito comum você ver

tanto estações implantadas como projetadas até do lado de lotes, normalmente você faz uma cortina verde do lado e não é um problema. Então, é um equipamento bem simples de implantar e de manter, que normalmente não dá problema, não é para dar problema.

SR RENNAN MECCA BONTEMPI - Nesses casos, também teria aquele sistema duplicado de bombas?

SR. ADRIANO ZARZUR (EMPREENDIMENTO)- Exatamente. Você sempre tem a bomba principal, bomba reserva, então, se uma bomba quebra a outra função, você sempre tem um grupo gerador. Então, caiu energia, o grupo gerador consegue dar vazão para que ela não pare em posse esgoto ali.

SR RENNAN MECCA BONTEMPI - Naquele ponto que eu comentei do spray ou do odor, parece que ele tinha comentado sobre possibilidade de colocar alguma tecnologia, é um fechamento, não é isso?

SR. ADRIANO ZARZUR (EMPREENDIMENTO) - É um fechamento. É algo bem simples e é um pouco do que a gente falou. Esse projeto vai ser submetido a nível executivo para o SAAE e para a CETESB em termos de processo, então, ele vai ser bastante detalhado e, naturalmente, vai ser apresentado para a prefeitura também.

SR. PAULO PENALVA MANCINI - Paulo Mancini, da Veredas. Eu queria só dar um pouco de consequência ao questionamento que o Renan fez, que eu achei muito pertinente, e sugerir que, no parecer, aqui do COMDEMA, já tivesse isso explicitado. E eu acho que os empreendedores devem ter noção disso, porque, no caso de expansão de um outro loteamento lindeiro, limítrofe a esse, então haverá a necessidade de fazer um EIA/RIMA. Ele já vai superar. Eu acho que isso é importante. Nós já tivemos um caso aqui no encalço dos Damas. Fizeram

um, fizeram dois. Quando for fazer o terceiro, o Ministério Público empaca. Tem que fazer a EIA-RIMA. E foi feito um TAC. E foi muito importante para São Carlos. Esse TAC entra em calço a prefeitura e o Ministério Público, porque, através do quê? Uma das coisas que a gente conseguiu foi acabar com as inundações no Varjão. Foi graças a uma costura, uma engenharia social, política, econômica com a Encalço. Muito agradecido.

SR. ADRIANO ZARZUR (EMPREENDIMENTO) - Paulinho, quanto a isso, tranquilo. A CETESB hoje é muito clara. 100 hectares da mesma matrícula dos últimos dez anos. Você é obrigado a fazer um EIA-RIMA. Não tem problema nenhum quanto a isso numa eventual segunda etapa.

SRA SÔNIA MARIA COUTO BUCK - Eu volto a dizer que esse momento de a gente olhar em Câmara Técnica um projeto dessa natureza é extremamente importante, porque pode qualificar ainda mais o empreendimento de vocês, que já está muito bem estruturado. Então, na verdade, quando a gente propõe isso, é para poder usar a expertise que a gente tem na cidade, que a gente tem nas universidades, para colaborar, para melhorar ainda o empreendimento. Então, eu apelo aqui ao conselho que a gente encaminha esse projeto, que está muito interessante, mas eu tenho algumas dúvidas com relação à fauna. Vocês fizeram estudo de fauna?

SR. ADRIANO ZARZUR (EMPREENDIMENTO) Não. Não foi feito. Tudo bem. Estudo de impacto de vizinhança? Nesse momento, então, o próprio município não determina a necessidade de fauna. A questão de licenciamento que vai passar na CETESB, como não haverá a supressão de fragmento florestal, não há necessidade da apresentação de um lado de fauna.

SRA SÔNIA MARIA COUTO BUCK - Tudo bem. De qualquer modo, como a gente tem maciços de vegetação, tem fauna lá. E a gente olhando o empreendimento antes de ser desenvolvido, a gente pode dar soluções de passagem de faunas, de soluções que venham agregar ao empreendimento de vocês. Volto a dizer da importância da gente olhar com detalhamento na Câmara Técnica de Vegetação e Fauna e na de Saneamento. Obrigada.

SR. PRESIDENTE JOSÉ WAMBERTO ZANQUIM JUNIOR - Mais alguém? Não? Vamos colocar em deliberação a solicitação da professora Sônia de Câmara Técnica de Vegetação e Fauna e Saneamento. Os Conselheiros que acham viável a Câmara Técnica poderia se manifestar. É mais fácil de a gente identificar. Vamos colocar em votação. Temos um empate.

SR. ADRIANO ZARZUR (EMPREENDIMENTO) - A gente super entende a necessidade e a vontade do município principalmente a se envolver em questões de fauna e flora. Por outro lado, a gente tem uma CETESB, que é um órgão legal para isso, e a gente teve algumas dessas discussões até cerca do que é passível de ser municipalizado em termos de licenciamento e o que não é passível de ser municipalizado. A gente está em um processo de pré-aprovarão que normalmente é um processo que gira em torno de um ano a um ano e meio numa prefeitura normal há cinco anos. A gente teve uma denúncia para o Ministério Público que, graças a Deus, realmente porque o processo está limpíssimo, foi sumariamente arquivada e bem arquivada. Então, pessoalmente, por mais que até acho que é sempre bom ouvir todo mundo, a gente tem que olhar pelo outro lado, que é um projeto que já tramita muito tempo, que já passou por duas câmeras técnicas, por duas audiências públicas, está passando por uma terceira audiência pública. Chega uma hora que a burocracia impõe um custo que a

gente já não considera mais tão razoável. A gente entende o anseio, a gente é pró participação popular, não é esse o problema. Agora, a gente entende que é preciso haver um voto deliberativo, a gente pode até passar para incorporar algumas sugestões ou outras, mas a gente entende que o nosso objetivo seria sair daqui com um voto do COMDEMA. Ou o COMDEMA aprova, ou não aprova, a gente está disposto a ouvir, não tem problema, se não a gente marca uma reunião, a gente vem aqui. Mas, assim, eu acho que em termos de deliberação, é a terceira audiência pública, foram mais duas câmeras técnicas, o processo tramita cinco ano dentro da prefeitura. A gente, do lado do empreendedor, a gente faria um apelo para a prefeitura para tentar ter um desfecho desse licenciamento que já é bastante longínquo e que por força maior acabou até passando pela mão do Ministério Público, que não é órgão licenciador, diga-se de passagem, e que atestou a regularidade do processo até o presente momento. Não há em legislação uma demanda específica para que passem por essas audiências públicas, então, desculpa, pelas câmeras técnicas sugeridas, então a gente gostaria que tivesse um encaminhamento único, a gente não vê que é necessário isso, até porque a parte de flora, de fauna e de saneamento serão analisadas pelo SAAE e pela CETESB. Então a gente está disposto a ouvir em global uma outra sugestão, mas a gente entende que de um ponto de vista deliberativo, a gente gostaria de sair com uma deliberação.

SR. PRESIDENTE JOSÉ WAMBERTO ZANQUIM JUNIOR - Mais alguém? Bom, vamos lá, para a gente não ficar nesse empate, entendo a necessidade que foi colocado tudo, mas diante de todo o processo que já tramitou na Secretaria, diante de todas as adequações que foram feitas, particularmente eu acho que eles podem, estão aptos aí para a CETESB, para o Estado fazer a

avaliação, o órgão estadual vai fazer essa análise e se houver necessidade de ajuste eles terão que fazer e depois eles terão que voltar com essa proposta para a Secretaria do Meio Ambiente novamente. Então, se for o caso de um voto de desempate, eu votaria pela sequência justamente por conta de toda análise, inclusive do Ministério Público sobre todo o empreendimento.

SR. ADRIANO ZARZUR (EMPREENDIMENTO) - Acho que, assim, o que a gente se predispõe a fazer, Sônia, Paulo, é salutar a gente de maneira alguma quero estar aqui recachando, vamos dizer assim, abrindo mão, principalmente de pessoas como vocês, e eu quero deixar claro, esse projeto foi construído muito a quatro mãos com a prefeitura, em diversas audiências públicas e em diversas câmaras técnicas. Então, eu não acho ruim a sugestão do Paulo, eu gosto, acho que se a gente puder deliberar pela viabilidade do empreendimento e da mesma forma a gente se compromete, eu não vou conseguir trazer o meu corpo técnico todo, mas ao menos a gente traz os representantes da empresa para participar dessas câmaras técnicas, para ouvir essas sugestões. Vão ter coisas, como houve em todas as câmaras técnicas, que são plausíveis e passíveis de atendimento e coisas que, naturalmente, a gente vai ter que se argolar um pouco nos nossos direitos da legislação, porque, afinal, o empreendimento tem um interesse econômico no fim, a gente não esconde isso em nenhum momento. Se for possível, o que for de bom grado, de bom senso, é agregar o projeto sem que haja, vamos dizer assim, uma geração desproporcional do custo, a gente fica super disposto a atender. Se a gente pudesse seguir dessa forma, só que o que eu ia pedir é que o voto realmente, vamos dizer assim, a deliberação fosse para a viabilidade do empreendimento. A gente fica à disposição para ouvir essas recomendações, podem perguntar

aos colegas de vocês, participantes de outros conselhos e de outras câmeras técnicas, que a gente atende o que é possível quase que na íntegra.

SR ANDRÉ LUIS FIORENTINO - Eu acho que a gente tem que ser objetivo, claro e decisivo. Nós estamos aqui depois de, como você já foi citado aqui, pelo COMDUSC, pelas câmeras técnicas, pelas audiências e houve uma votação. Qual é a votação? Que o processo prossiga. Se houver alguma outra, quando retornar, até porque nós precisamos saber se voltar da CETESB, com alguma recomendação, vamos aqui. Vamos ter que verificar, repensar, acertar. Então, vamos seguir com o projeto. São cinco anos mesmo e temos que ser muito objetivos. Precisamos parar de ser inseguros com tudo. Passando essa mensagem de insegurança, passando essa mensagem de que as estruturas públicas aqui não servem para nada, não servem para decidir, não servem para apontar, não servem para decidir. A única coisa que serve é eventualmente o Conselho e ainda um segmento do Conselho. Objetivamente, eu não acho que tem que ter exatamente isso, vá aos órgãos estaduais para aprovação.

SR. PRESIDENTE JOSÉ WAMBERTO ZANQUIM JUNIOR - Ok, pessoal. Vamos então colocar em votação a questão da deliberação, da aprovação. E aí, como a gente já ficou empatado e depois voto pelo prosseguimento, a gente coloca em votação a aprovação. Alguém é contra o empreendimento? Quem for contra, levanta a mão para a gente deliberar sobre ele. Ninguém é contra? Aprovado. Nós podemos ter aí o compromisso do Adriano, conforme foi dito, o processo vocês poderiam aguardar uma semana, dez dias para que a Câmara Técnica analisasse e depois oferecesse alguma sugestão. E se vocês entenderem que é viável junto com a Câmara Técnica, a contribuição melhoraria o projeto. Mas isso não vai inviabilizar que saia uma manifestação no sentido de

dar continuidade na fase estadual do projeto da Zarzur. A manifestação favorável já foi deliberada e será emitida. E aí ficaria essa reunião a título de contribuição para melhoria do projeto e uma discussão com o empreendedor. Quanto a isso, a gente se coloca à disposição, a gente vem até aqui, a gente participa. O que a gente pede só é que, como você falou, que o processo siga o devido processo legal. A gente está com o horário bem avançado. Nós teríamos uma pauta da CPFL, uma subestação. Eu peço a vocês. A gente teria mais uns 20 minutos, meia hora para que a CPFL, aproveitando a presença do representante, já fizer essa exposição. E aí os próximos tópicos da pauta a gente deixa para uma próxima reunião devido ao avanço do horário. Podemos prosseguir com a apresentação da CPFL? Sim? Então, por favor, o representante da CPFL. Nós tivemos um atraso no início por conta das obras que estão sendo feitas. O pessoal demorou um pouco mais a chegar também. Então, por isso, a questão do avanço do horário.

SR MATHEUS CPFL - Bom, boa noite, então, pessoal. Me chamo Matheus. Sou engenheiro ambiental e trabalho com a parte de liberação de obras da CPFL. Aí, aqui, para ser um pouco mais rápido, não tomar tanto mais o tempo de vocês, mas eu trouxe uma obra que está sendo também pleiteada aqui para a instalação, que é o ramal de distribuição de energia elétrica e também a sustentabilidade de energia elétrica e também a subestação que a gente denominou aqui como Ramal e SE São Carlos 5. Só rapidinho uma breve introdução da CPFL. Aqui em São Paulo é dividida em três partes, a CPFL Paulista, Piratininga e também a Santa Cruz. E aí com o foco da CPFL Paulista, que é quem atende exatamente aqui em São Carlos. E aí, só um foco maior, porque são quatro maiores grupos e dentre esses quatro maiores grupos São

Carlos está dentro dela. Só estou dando esse foco para vocês também entenderem a importância da distribuição da capacidade de distribuição de energia elétrica aqui no município de São Carlos. Pode passar, por favor. Aí já, para não demorar tanto assim, entrando nas características do empreendimento. Hoje nós temos esse empreendimento, ela é uma subestação com um cercamento de 22 mil metros quadrados, só que a parte realmente aproveitada do terreno, que são os equipamentos e a casa de comando, que é a parte impermeável do terreno, ela atinge somente quatro mil metros quadrados. E a linha de distribuição também que parte da subestação, ela vai estar localizada um pouco mais pra frente, mas que tem aproximadamente dois quilômetros e meio. É uma linha de distribuição também de energia pra esse mesmo fundamento. O investimento também eu acho importante a gente trazer aqui pra fazer esse debate. A CPFL tá fazendo esse investimento aí de quase 48 milhões, quase 50 arredondando, pra melhorar a capacidade de fornecimento e também garantir que o município tenha esse crescimento. Já é uma alta demanda que o município tá tendo e já é sabido da CPFL que é necessário esse aumento de carga pra atender esse crescimento do município de São Carlos. E aí também tem os clientes atendidos. Aqui eu coloquei os 250 mil habitantes de São Carlos porque realmente é essa quantidade, seja de forma direta ou seja de forma indireta. A subestação e a linha também aqui, ela vem não somente pra agregar, aumentar a carga, mas pra aliviar outras cargas que já existem no município. Então, outras linhas de distribuição que já existem no município, elas podem ser aliviadas permitindo, na verdade, o aumento e o crescimento do município de forma esporádica como tem acontecido. Pode passar. E aqui, um pouco ainda das características do empreendimento, só que voltando mais pra localização.

Ela fica na região nordeste do município, no bairro Tangará, na travessia ali do Vinícius Emmanuel, mas pra fim a gente vai ter uma foto um pouco mais macro pra vocês entenderem onde eu estou falando. E aí, como eu disse, o investimento é realmente na linha de transmissão, na subestação e também nas leis de distribuição de energia que vai direcionar essa energia pros consumidores finais, que são os moradores como um todo. Tem uma capacidade de transformação aí que é muito importante pra garantir essa capacidade de fornecimento. E também tem os benefícios, como o aumento na robustez, a resiliência, a flexibilidade também, porque essa subestação, além de tudo, ela também faz com que a gente tenha outros desvios pra que não deixe o município por muito tempo sem energia no caso de alguma catástrofe ou algo nesse sentido. Então ela também tem esse viés de poder manejar a distribuição de energia por outros meios ali. E também, além de tudo isso, ela garante o maior potencial e viabilização de novos empreendimentos. Como, por exemplo, a gente viu agora o loteamento. Aqui já é um pouco mais do local em si. Como eu disse, ele fica na travessa, Vinicius Manuel, fica na área rural, de acordo com o plano de diretor, e fica no zoneamento, na zona 8A. Ela fica bem no cantinho daquele polígono em vermelho ali. Aqui, só pra vocês entenderem, que a gente fez um estudo ambiental muito forte nessa área. Na verdade, em todos os nossos empreendimentos a gente faz esses estudos ambientais, que a gente chama de RAVT, que é um relatório prévio. Antes de fazer qualquer implantação, a gente sabe de onde mais ou menos vai ser o empreendimento, e aí junto com a engenharia a gente faz os estudos ambientais pra minimizar os impactos na região. Então, na esquerda de vocês, na minha direita, tem a primeira versão do empreendimento, que cortava justamente o córrego ali, e também,

consequentemente, atingia APPs e as áreas de FVC, que são denominadas pelo município, que são a ampliação das APPs. E aí, fazendo esses estudos ambientais, nós conseguimos, então, alterar o projeto, que é essa segunda versão aqui, e aí diminuindo, então, também além da supressão de APP, intervenção de APP, somente a supressão de algumas árvores isoladas. Então é isso só, sendo um pouco mais redundante, mas no projeto inicial a gente tinha interferência em APP, interferência em FVC, além da supressão em vegetação, em maciço de vegetação, principalmente esses dois pontos que eu circulei em vermelho aqui. E agora, no projeto atual, a gente não tem interferência em APP, tem a menor interferência em FVC, aqui eu não estou com um indicador, mas a única interferência na FVC vai ser nessa torre última aqui, até atingir a linha existente, que é a torre 1.1. Nessa torre aqui, nessa torre 1.1, é uma torre antes da intersecção na linha existente aqui. Então a gente fez os estudos até depois de manifestações à prefeitura como um todo, pra mover essas torres e não atingir nenhuma área de APP. E aí, além disso, a gente mudou, então, o impacto na vegetação. Nós tínhamos aí no primeiro projeto o impacto de 3.700 metros quadrados em vegetação, além também de duas APPs impactadas e uma FVC, hoje a gente tem 8 árvores, sendo apenas 6 nativas e uma morta e uma exótica, a interferência em 0 (ZERO) APPs, não tem interferência APPs, e apenas em uma FVC. Esse é nosso atual empreendimento, onde a gente construiu aí também a quatro mãos junto com a prefeitura, com os técnicos da prefeitura. Acho que de forma bem rápida, bem pra não tomar tanto tempo de vocês, é essa a nossa apresentação.

SR. PRESIDENTE JOSÉ WAMBERTO ZANQUIM JUNIOR - Maravilha. Só pra esclarecer, quando esse projeto chegou na secretaria, tinha essa primeira versão

que impactava bastante, e depois de algumas recomendações, algumas reuniões com a secretaria, com os técnicos, ele melhorou bastante, principalmente a interferência na questão ambiental.

SR. PAULO PENALVA MANCINI - Bem, boa noite, cumprimento o empreendedor aí pela apresentação, e também a secretaria por dar uma orientação boa que fez modificar e melhorar muito o projeto. Eu só queria me esclarecer algumas coisas, por exemplo, nós temos uma substituição hoje lá na Raimundo Correia, vai deixar de existir lá e vai substituir por esta, é isso?

SR MATHEUS CPFL - Não, não, não vai deixar de existir, tá? Essa subestação ela não é complementar. Justamente por conta da alta capacidade que o município está exigindo de distribuição de energia, pra aguentar essa capacidade e que a gente está propondo esse novo empreendimento.

SR. PAULO PENALVA MANCINI - E aí o outro esclarecimento, que aí eu quero dar esclarecimento, essa nova subestação está localizada em área de preservação de mananciais, APREM do Monjolinho, e o FVC, que ele falou tanto, é faixa verde complementar, porque na APREM do Monjolinho você tem, além dos 30 metros de APP, você tem mais 20 de faixa verde complementar que não pode ser impermeabilizado, pode ser até usado, mas não pode ser impermeabilizado, então é isso. Parabéns, muito agradecido.

SR. PRESIDENTE JOSÉ WAMBERTO ZANQUIM JUNIOR - Alguém mais tem alguma consideração a fazer sobre o projeto? Renan?

SR RENNAN MECCA BONTEMPI - Obrigado pela apresentação. É só uma curiosidade, tem duas torres ali que ficam, uma de cada lado do rio, é isso?

SR MATHEUS CPFL - Isso, nessa 1-2 e a 1, é essa no final aqui, né, você fala? Isso, é bem embaixo. Isso, é essa. Fica... Tá meio ruim, mas essa aqui, torre 1-

2, e aí ela transpassa o rio, e tem a 1-1 antes de ligar nessa linha que já existe, que é uma linha da CETEP.

SR RENNAN MECCA BONTEMPI - Tá, e elas não ficam dentro da APP, elas ficam...

SR MATHEUS CPFL - Não, não, inclusive a 1-2, depois até que, como o Junior comentou, a gente teve muitos debates aqui na Secretaria, a 1-2 ainda estava dentro da APP, uma parte dela estava dentro da APP, mas a gente conseguiu, junto com o pessoal da engenharia, projetista, recuar ela um pouco ainda mais, e aí tirou ela de dentro da APP e da FVC. A 1-1, ela está fora de APP, mas não está fora de FVC, a gente a distanciou ao máximo que conseguiu, mas por conta de capacidade técnica aqui, a linha existente, ela tem que ter uma distância segura entre a torre que vai grudar nela, digamos assim. Então, é por isso que a gente não conseguiu aproximar mais ela e tirar ela da FVC. Ela ainda está na FVC, mas não na APP. E aí é a única torre que tem interferência nessa zona.

SR RENNAN MECCA BONTEMPI Eu não sei exatamente qual que foi o desenho que foi passado para os Conselheiros, mas parece que estava escrito reserva legal. Essa reserva legal é essa que você está chamando? Reserva legal? Não tem nenhuma reserva legal.

SR MATHEUS CPFL Não, aqui não tem nenhuma reserva legal. Ou o desenho que a gente começou, que a gente trouxe e que a gente debateu, como o Junior comentou, é aquele do lado esquerdo de vocês, que é aquela primeira versão. A gente debateu bastante, teve esses estudos que eu comentei, e a gente chegou no final dessa última versão aqui. Acho que o único impacto que tinha, o grande impacto que tinha era na APP e na vegetação do primeiro lá. Tá certo, obrigado.

SRA SÔNIA MARIA COUTO BUCK - Boa noite, obrigado pela apresentação. Eu imagino que tem alguma compensação ambiental para executar esse empreendimento, para executar essa instalação, tem?

SR MATHEUS CPFL Na verdade, tinha, se a gente fosse suprimir a vegetação, aí teria. Nesse novo, não tem.

SRA SÔNIA MARIA COUTO BUCK Não tem, mesmo tendo que suprimir ali as nativas, não?

SR MATHEUS CPFL Não, nesse caso, a gente pode até, depois consultar o Júnior, a gente está à disposição para fazer uma compensação se o município assim requerer, mas essa autorização por estar em área rural, por ser árvore isolada, seria da CETESB. Mas a gente está totalmente aberto também se o Júnior quiser.

SRA SÔNIA MARIA COUTO BUCK - Eu tenho uma sugestão, que seja pensado, talvez pelos técnicos lá da Secretaria do Meio Ambiente, alguma compensação e que deveria ser aplicada na área da APREM ali, do Monjolinho, é a minha sugestão.

SR. PRESIDENTE JOSÉ WAMBERTO ZANQUIM JUNIOR Isso aí, a parte da CETESB, quem vai colocar, e aí a gente pode indicar e até sugestão à CPFL que procure priorizar as áreas da APREM para fazer a compensação, acho que são oito árvores, que serão suprimidas. A gente teria uma maior colaboração. Ela pode vir, mas quem vai deliberar isso é a CETESB. A gente pode mandar na manifestação que a compensação se dê na área de APREM. É a recomendação para a CETESB. Mais alguém? Tem alguma pergunta? Não? Podemos colocar em deliberação?

Eu vou fazer nominal por conta de algumas ausências, só para a gente constar que todos estão aqui. Primeiramente, alguém é contra o empreendimento da solicitação da CPFL? Não? Então, aprovado por unanimidade. Então, pessoal, muito obrigado. Agradeço também à CPFL. Muito obrigado pelo tempo de vocês. Os demais pontos a gente deixa para deliberar na próxima reunião por conta do avanço do horário. Obrigado a todos, boa noite e até a próxima reunião.

Prefeitura Municipal de São Carlos
São Carlos, Capital da Tecnologia
Secretaria Municipal de Meio ambiente e Desenvolvimento Sustentável

COMDEMA
Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente

Lista de Presença da 219ª Reunião Ordinária do COMDEMA, realizada em 29/08/2024, no Auditório do Paço Municipal, Rua Episcopal, 1575 às 18horas

		Assinatura
	SMMADS	
Coordenador	José Wamberto Zanquim Junior	
Suplente	Gustavo Pedrino Braga	
Coord. Adjunto	Robson Carnicer Parzanes	
	SMHDU	
Titular	André Luis Fiorentino	
Suplente	Fernando Souza Soares	
	SMS	
Titular	Vanderlei Gomes Gimenes	AUSENTE
Suplente	Rosely Aparecida Monte Victuri	
	SMOP	
Titular	Leonardo Lazaro Silva	
Suplente	Artur Moreira Cotrin	
	SMSP	
Titular	Talita Ferrarini	AUSENTE
Suplente	Everaldo Ferreira Cruz	
	SMAA	
Titular	Rebecca Greco Barbosa	
Suplente	Rayani Mariana Alves Soprano	
	SME	
Titular	Ozana Aline Barbosa	AUSENTE
Suplente	Silmara Sierra	
	Defesa Civil	
Titular	Pedro Fernando Caballero Campos	
Suplente	Rosni Augusto Vendrasco	
	SAAE	
Titular	Everton Gianlorenço	AUSENTE
Suplente	Fabiano Augusto Rizzo Couto	
	SMTT	
Titular	Adilson Luis De Vitta	AUSENTE
Suplente	Sebastião Carlos Batista	

Prefeitura Municipal de São Carlos
São Carlos, Capital da Tecnologia
Secretaria Municipal de Meio ambiente e Desenvolvimento Sustentável

COMDEMA
Conselho Municipal de Defesa do Meio Ambiente

	PROHAB	
Titular	Anselmo José de Oliveira Campos	
Suplente	Renata Deroide Simão Bertolino	
	EMBRAPA	
Titular	Victor Bertucci Neto	
Suplente	Sandra Aparecida Santos	
	USP	
Titular	Guilherme Henrique Duarte de Oliveira	
Suplente	Eny Maria Vieira	
	UFSCar	
Titular	Juliano Costa Gonçalves	AUSENTE
Suplente	Roberta Sanches	
	Representantes das Entidades ambientalistas	
Titular:	Rhennan Mecca Bontempi	
Suplente:	Milena Sciascio Ghidini	
Titular:	Paulo Penalva Mancini	
Suplente:	Lea Chapaval Andri	
	Representantes das Associações de Moradores de Bairro;	
Titular	Rita Cristina Ferreira	
Suplente	Eduardo Araújo Silva	
Titular	Érico Masiero	
Suplente	Rafael Pereira Alexandre	
	OAB	
Titular	Elen Pessoa de Queiroz Ribeiro	AUSENTE
Suplente	Karina Granado	
	AEASC	
Titular	Laert Rigo Junior	
Suplente	Caio Graco Hortenzi Vilela Braga	
	CRBio	
Titular	Daniel Gonçalves da Fonseca	AUSENTE
Suplente	Natália Andricioli Periotto	
	APA – Corumbataí e Piracicaba	
Titular:	Sonia Maria Couto Buck	
Suplente:	Walter Alberto Alarcon Monzon	